

FORÇAS ARMADAS O GOVERNO PROMETE DOBRAR OS INVESTIMENTOS EM DEFESA. OS MILITARES ACHAM POUCO E PEDEM 800 BILHÕES DE REAIS. O QUANTO É PRECISO?

IRÃ APÓS DESISTIR DE "ELIMINAR UMA CIVILIZAÇÃO INTEIRA", TRUMP TENTA TRANSFORMAR FRACASSO EM VITÓRIA. MAS ATÉ O CESSAR-FOGO É INCERTO

CartaCapital

O PESO DAS DÍVIDAS

O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BATE RECORDE E TRAVA A ECONOMIA. A SOLUÇÃO EXIGE OUSADIA



cartacapital.com.br
ANO XXXI Nº 1408
R\$ 31,90
15 DE ABRIL DE 2026



basset
editora





ines249



Páscoa que aquece o coração

Nada como adoçar o coração de quem mais precisa com solidariedade

Nesta Páscoa, queremos presentear as crianças assistidas pelos 27 projetos da Fenae (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa) e das Apcefs (Associações do Pessoal da Caixa) espalhados por todo o Brasil.

Doe e contribua para fortalecer as iniciativas que proporcionam educação, cultura e esporte para esses pequenos. Sua ajuda conta muito!



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



Conheça
nossos
projetos



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao

6 A SEMANA

Seu País

- 14** STF André Mendonça ensaia suas jogadas com próceres do bolsonarismo
- 18** SOBERANIA Lula planeja dobrar investimentos em Defesa nos próximos anos
- 23** RENATO MEIRELLES
- 24** PARANÁ TCE suspende licitação de programa de vigilância de Ratinho Jr.
- 26** PEDRO SERRANO
- 27** MARJORIE MARONA
- 28** JUSTIÇA Só Bolsonaro tem direito à prisão domiciliar?
- 30** CENSURA Projeto de Lei de Tabata Amaral criminaliza críticas ao Estado de Israel

Economia

- 32** VAREJO Lojas populares transformam o cenário da Avenida Paulista
- 34** ADALBERTO VIVIANI
- 35** PAULO GALA
- 36** AVANÇO Como o Brasil saiu do Mapa da Fome?
- 38** IR Não deixe sua cor passar em branco na declaração deste ano
- 40** ANÁLISE Marx, Keynes e Schumpeter sempre desafiaram o pensamento único na economia

Nosso Mundo

- 42** IRÃ Trump recua pela quarta vez de um ultimato e tenta disfarçar a derrota
- 45** JAMIL CHADE
- 46** PERU Eleição reúne 35 candidatos à Presidência

Capa: Pilar Velloso, midjourney v7



8

DEVO, NÃO NEGO

O ENDIVIDAMENTO DE FAMÍLIAS E EMPRESAS BATE RECORDES E PREOCUPA O GOVERNO



Plural

48

EXPATRIAÇÃO AUDIOVISUAL

O MOVIMENTO DE ARTISTAS NORTE-AMERICANOS, COMO JIM JARMUSCH, RUMO À FRANÇA GEROU A FROLLYWOOD

- 51** SAÚDE Por Arthur Chioro
- 52** HQ Robert Crumb direciona sua mira para o trumpismo **55** AFONSIÑO
- 56** LIVROS Um romance brasileiro ambientado no ano da passagem do cometa Halley **58** CHARGE Por Venes Caitano

basset

editoria

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani

DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva

NOVOS PROJETOS: Demétrios Santos

GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello

ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira

GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene

AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo

CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdCase Gestão de Negócios

EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos,

Fábio André da Silva e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:

BSB/RJ: Hera Mídia - Iandra Siqueira, (61) 98322-9994 / (19) 99818-8958,

landrasiqueira@heramidia.com.br

BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 - Carlos Chetto,

(71) 9617-6800 / Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br

CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-0267,

agholanda@agholanda.com.br

MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoauréliomaia@gmail.com

OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S

Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 - SP/SP - CEP 05410-010

www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retrair qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP

DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)

ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



APENAS FLÁVIO

Flávio, com ou sem sobrenome, só quer entregar o Brasil ao governo Trump.

Anaída Acácio

Diante das ameaças de Donald Trump ao Pix, cadê o Jair Bolsonaro para defender sua "suposta invenção"? Gabriel Melo

VENHA QUEM VIER

Existe uma projeção de que a extrema pobreza será erradicada no Brasil nos próximos quatro anos. Essa deveria ser a grande bandeira de Lula: um país sem miseráveis. Os números mostram que a meta é factível, não seria uma promessa vazia.

Fernando Brito

Um candidato à reeleição, como é o caso de Lula, não precisa largar na dianteira da corrida eleitoral - ele já conta com a força da máquina pública. Quem realmente deve se antecipar são os adversários, que precisam se estruturar e consolidar espaços junto ao eleitorado desde cedo.

Vera Lúcia Fonseca

BIRUTA DE AEROPORTO

Trump talvez não conheça a força dos descendentes do Império Persa. Deve ter faltado nas aulas de História.

Luís Moraes

Convém sempre lembrar que não foi o Irã que atacou primeiro.

Elvis Souza

Ninguém se engana mais: Trump Always Chickens Out (Trump Sempre Se Acovarda, em tradução livre). Silvio Andolfatto

PALADAR VICIADO

Vários fatores contribuem para o aumento no consumo dos ultraprocessados, e todos eles têm relação com a dinâmica do capitalismo. A produção industrial, em larga escala, torna esses produtos mais acessíveis às famílias com baixo poder aquisitivo. Quem ganha pouco tende a priorizar o preço, em vez do valor nutritivo dos alimentos. Além disso, como o cuidado doméstico continua concentrado nas mulheres, as trabalhadoras recorrem cada vez mais às refeições prontas ou de preparo rápido. Leticia Paes

Os problemas maiores dos ultraprocessados são tempo e dinheiro. Muitos sabem que fazem mal à saúde, mas se rendem a esses produtos na pressa do dia a dia. Quem realmente tem tempo de preparar a lancheira do filho? Imagine aquela mãe solo, que precisa sair cedo para trabalhar e chega exausta em casa... Então, quando essa mãe consegue passar no supermercado, descobre que o biscoito é mais barato que a fruta, e não precisa perder tempo descascando nada.

Priscila Ceolin

FONTE DIÁFANA

A tradução mais recente de Irmãos Karamazov parece melhor que a anterior. Para ser franco, as ilustrações do livro publicado pela Editora 34 atrapalham um pouco minha leitura. Vou tentar essa edição da Penguin.

Luiz Eva

Vou aproveitar o dia de hoje para finalizar Crime e Castigo, outra obra-prima de Dostoiévski. Fabrício Teixeira Mendes

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas - exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
• Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

A Semana

Alívio na bomba

O governo anunciou novas medidas para tentar reduzir o impacto do conflito no Irã no preço dos combustíveis. As companhias de aviação terão isenção de PIS e Cofins na aquisição do querosene usado nas aeronaves e acesso a duas linhas de crédito que totalizam 9 bilhões de reais. Haverá ainda subsídios extras para o diesel e o gás de cozinha. No primeiro caso, a subvenção equivale a 1,20 real por litro importado. A União e os estados dividirão os custos. No segundo, o benefício chegará a 850 reais por tonelada de GLP.

STF/ Messias e seus apóstolos

O presidente Lula confia na aprovação pelos senadores



Sem conseguir um acordo de cavaleiros com o comandante do Senado, Davi Alcolumbre, o presidente Lula optou por uma queda de braço na sabatina de Jorge Messias, ex-advogado-geral da União indicado para a vaga no Supremo Tribunal Federal aberta após a aposentadoria de Luís Roberto Barroso. O próprio Messias garantiu a Lula ter obtido os votos necessários, apesar da má vontade de Alcolumbre. Evangélico (terrivelmente?), o indicado escora-se no apoio incidental do ministro André Mendonça, nomeado por Bolsonaro, e do líder do PP, Ciro Nogueira. Cristiano Zanin, Kassio Nunes Marques e Gilmar Mendes também estariam empenhados na aprovação. Por via das dúvidas, Messias fez questão de participar de uma homenagem a Mendonça na Assem-

bleia Legislativa de São Paulo. O magistrado, aposta da oposição bolsonarista para criar problemas ao governo em ano eleitoral, pelo fato de relatar tanto o inquérito do Banco Master quanto o processo das fraudes no INSS, recebeu na segunda-feira 6 o colar de Honra ao Mérito, principal galardão da casa legislativa. O governador paulista Tarcísio de Freitas estava na mesa. A Alcolumbre restam duas alternativas, uma delas bastante arriscada. A mais fácil, engolir o sapo (barbudo). A outra, levar o embate até o fim e tentar impor uma derrota pouco provável ao Palácio do Planalto. Caso insista no confronto e perca a parada, o senador aumentaria o número de desafetos no STF, responsável, entre outras, por analisar os desvios em emendas parlamentares. Alcolumbre, não esqueçamos, é o pai do “orçamento secreto”.

Energia/ Sem luz no fim do túnel

A Aneel abre caminho para cancelar o contrato da Enel em São Paulo

Em reunião na terça-feira 7, os diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica autorizaram a abertura de processo administrativo para avaliar a caducidade da concessão da italiana Enel na região metropolitana de São Paulo, afetada por recorrentes problemas de abastecimento. A Aneel constatou falhas “graves e estruturais” na prestação dos serviços oferecidos pela concessionária. Relator do processo, Gentil Nogueira

defendeu a não renovação do contrato após 2028. O voto de Nogueira foi acompanhado pelos demais integrantes da diretoria. “Estamos avaliando um processo repetitivo e progressivo. Pela quantidade de informações trazidas, eles mostram, sim, que a empresa teve uma melhora, mas essa melhora não é considerada adequada em razão das expectativas de prestação de serviços”, afirmou Sandoval de Araújo Feitosa Neto, diretor-geral da agência.



Os diretores da agência consideram insuficientes as medidas adotadas pela concessionária

Espaço/ LONGE DE CASA

A MISSÃO ARTEMIS II ATINGE O PONTO MAIS DISTANTE DA TERRA

A tripulação da missão Artemis II obteve um feito inédito às oito horas e dois minutos da noite, pelo horário de Brasília, da segunda-feira 6. Os quatro astronautas tornaram-se os seres humanos a ir mais longe no espaço. Ficaram distantes 406,6 mil quilômetros da Terra, após contornarem o lado oculto da Lua. Na primeira mensagem depois de uma breve e espera-

de interrupção na comunicação entre a nave e a equipe de controle terrestre, a astronauta Christina Koch afirmou: “Houston, aqui é a Integrity, teste de comunicação... é muito bom ouvir a Terra de novo (...) Para a Ásia, África e Oceania, estamos olhando para vocês. Ouvimos dizer que vocês conseguem olhar para cima e ver a Lua neste momento. Nós tam-

bém vemos vocês”. Além de Koch, a equipe é formada pelos norte-americanos Reid Wiseman, comandante, e Victor Glover, e pelo canadense Jeremy Hansen. A última viagem espacial tripulada havia ocorrido em 1972.

A Artemis II iniciou o caminho de volta. A aterrissagem estava prevista para a sexta-feira 10, no Oceano Índico.

Barrado no baile

O Reino Unido decidiu proibir a entrada do rapper Kanye West em meio à controvérsia da participação do artista no Festival Wirelles, em Londres. A decisão do governo britânico foi a pá de cal no evento, que perdeu patrocinadores, entre eles a Pepsi, ao anunciar o nome de West entre as atrações. O rapper provoca indignação por conta de comentários racistas e de apologia do nazismo. Ele chegou a pedir desculpas pelas declarações, sem muito efeito.



Um feito histórico dos quatro astronautas em órbita

Devo, não nego

O ENDIVIDAMENTO DE FAMÍLIAS E EMPRESAS BATE RECORDES E OCUPA O CENTRO DAS PREOCUPAÇÕES DO GOVERNO

por CARLOS DRUMMOND



As máximas históricas de endividamento das famílias e dos pedidos de recuperação judicial de empresas, em um ambiente de taxas de juro estratosféricas e pressões inflacionárias intensificadas com a guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã, mobilizaram o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Dario Durigan. A pedido do Palácio do Planalto, o substituto de Fernando Haddad no comando da equipe econômica embala um plano para reunir várias dívidas, no caso das famílias, e trocá-las por uma nova, com emolumentos mais baixos e descontos significativos. O êxito da iniciativa, ainda em elaboração, é crucial no momento em que o aumento dos juros ultrapassa várias

vezes a elevação do salário real. Não vai ser fácil, alertam economistas. O programa anterior de renegociação de débitos, o Desenrola, teve resultados limitados, o aumento real da renda não basta nem para pagar uma parcela das dívidas e, com as previsões de repique da inflação, o Banco Central não se atreve a acelerar o ritmo de redução da taxa Selic. Em entrevista ao portal ICL Notícias na quarta-feira 8, o próprio presidente

admitiu as limitações do Desenrola, lançado em 2024, que possibilitou renegociações no valor total de 53 bilhões de reais, e prometeu um pacote audacioso para afrouxar a corda no pescoço dos devedores e, por extensão, melhorar o humor da população em ano eleitoral.

O sufoco acontece seis meses antes da eleição para presidente e o descontentamento com a política econômica do governo, identificado nas pesquisas mais recentes, é apontado como uma das causas do crescimento acelerado de intenções de voto em Flávio Bolsonaro, que experimentou uma ascensão prodigiosa e atualmente aparece em empate técnico com Lula no segundo turno.

Uma conta de padaria demonstra a extensão e a gravidade do impasse. Uma dívida de mil reais contraída entre janeiro de 2023 e março de 2026 no cheque especial aumentou entre 250%

**CERCA DE 80% DAS
FAMÍLIAS TÊM
DÍVIDAS E 8,7
MILHÕES DE
EMPRESAS ESTÃO
INADIMPLENTES**



e 300%, para 2,5 mil a 3 mil reais. No caso do crédito consignado, o débito saltou entre 130% e 160%, para 1,3 mil a 1,6 mil reais. Com utilização de cartão de crédito, a alta foi de 200%, para 2 mil reais. No mesmo período, o aumento do salário médio foi reajustado entre 17% e 18%.

Em fevereiro, 80,2% das famílias declararam possuir algum tipo de dívida, segundo a Confederação Nacional do Comércio. O total de indivíduos inadimplentes ou com contas em atraso atingiu 81,7 milhões, crescimento de 38% em relação a 2016. O comprometimento da renda mensal familiar no pagamento de juros e do principal das dívidas, segundo o Banco Central, manteve-se próximo de 50%. Outro dado muito preocupante é que 42% dos inadimplentes em 2026 estavam nessa condição há dez anos, sinal de um quadro de endividamento crônico.

Os mutirões de renegociação aliviam, mas não resolvem no longo prazo. Para economistas, as medidas do governo, sob a batuta de Durigan, precisam ir além do modelo do Desenrola



REPORTAGEM DE CAPA

No caso das empresas, a inadimplência em janeiro atingiu a marca inédita de 8,7 milhões de CNPJs, recorde impulsionado por juros altos. As dívidas afetam o fluxo de caixa, situação crítica para micro e pequenas empresas, com débitos concentrados em bancos e serviços públicos. O valor dos passivos corporativos em atraso atingiu 201,7 bilhões de reais, segundo a Serasa Experian, e o setor bancário concentra 65,59% do montante, seguido pelos boletos de água e luz.

Economistas reconhecem que o dólar baixo, em torno de 5,15 reais na quarta-feira 8, contribuiu de modo decisivo para impedir elevações ainda maiores dos preços dos alimentos, pois 61% dos custos da agropecuária são vinculados à moeda norte-americana. O BC só conseguiu segurar o dólar, entretanto, com os juros na estratosfera. A taxa exorbitante, fora dos

padrões internacionais, atrai o chamado “capital motel” estrangeiro para aplicar em renda fixa no País, garante o controle do dólar e freia boa parte da inflação, mas mata o poder aquisitivo ao inflar as dívidas das famílias. Não é exagero, portanto, afirmar que a outra face do dólar baixo é o endividamento extremamente elevado dos consumidores e das empresas e esse nó parece ser uma das fragilidades mais importantes da política econômica do governo diante das eleições, situação acentuada pela guerra no Irã, que aumenta a compressão dos salários ao impulsionar a inflação e refrear o ritmo das reduções da taxa de juros.

A atual política econômica, é importante frisar, está repleta de êxitos marcantes. Recordes de geração de emprego formal e de aumento real dos salários, retirada de 26,5 milhões de brasileiros da situação de fome, de 8,7 milhões da pobreza e de 3,1 milhões da pobreza extrema, menor desigualdade da série his-

tórica, com índice Gini de 50,4, são alguns dos feitos do atual governo. Ainda assim, vigora um sentimento de desalento em relação ao futuro e uma parcela nada desprezível do eleitorado espera uma situação econômica pior no horizonte próximo.

Grandes mutirões, como o Feirão Serasa Limpa Nome 2026, encerrado em março, são uma opção para ao menos atenuar o problema, e chegam a oferecer até 99% de desconto para renegociar dívidas. Mas é preciso mais. Em entrevista à imprensa, Durigan esclareceu que a dívida remanescente tem de ser renegociada com os bancos a uma taxa menor. Falou sobre “as linhas de crédito mais caras e mais perniciosas para a economia brasileira, que são o cartão de crédito, o cheque especial e o Crédito Pessoal Sem Garantia”. Uma linha de crédito em estudo será oferecida a famílias, trabalhadores informais, micro e pequena empresa, com reelaboração de perfil



O aumento dos combustíveis, por causa do conflito no Irã, pressiona a inflação e adia o corte dos juros

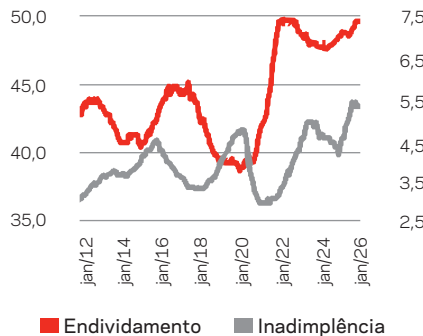
e negociação dos débitos. “Estudamos uma contrapartida que estabeleça limites para um posterior endividamento a quem aderir, para evitar que, em seguida à renegociação, elas voltem a se endividar, por exemplo, com *bets*, o que seria muito ruim.” No dia seguinte àquela da coletiva do ministro, o presidente Lula defendeu o fechamento das *bets*, ou a adoção de limites na sua utilização, o que depende de uma decisão do Congresso. A possibilidade de usar o FGTS como garantia na renegociação está em avaliação no Ministério do Trabalho.

O agravamento do endividamento das famílias deve-se, em primeiro lugar, às altas taxas de juro, mas é preciso levar em conta, com menor grau de importância, a maneira como os consumidores encaram o próprio endividamento, afirma o economista André Luiz Passos Santos, sócio da consultoria BPCT. “O brasileiro típico não se considera endividado se as suas parcelas estão em dia. O presidente do Banco Central tem reafirmado que as pessoas não se alarmam com o estoque de suas dívidas, apenas com o fluxo de pagamentos. Assim, diante de qualquer evento que conduza à perda de renda, os endividados não conseguem mais dar conta dos seus compromissos financeiros.” A facilidade de tomar empréstimo via cheque especial ou rotativo do cartão de crédito complementa o quadro. Trata-se de modalidades que não dependem de operacionalização pelos bancos e permitem aos usuários o acesso ao dinheiro sem prévio aviso. “Não por acaso, esses tipos de crédito possuem as taxas de juro mais elevadas”, sublinha Santos.

Apenas uma ação do tipo “Desenrola 2.0” tem poucas chances, entretanto, de apresentar resultados relevantes, prossegue o economista. “As taxas de juro do rotativo do cartão de crédito precisam ser reduzidas de maneira significativa, ou não adiantará reabilitar o crédito dos inadimplentes. Ao contrário, programas desse tipo incentivam os indivi-

O FATOR PANDEMIA

O aumento da renda puxou a inadimplência para baixo e a dívida para cima, e a alta do juro empurrou a inadimplência para cima e o endividamento para baixo



Nota: O endividamento mínimo das famílias oscila em torno de 35% e a inadimplência nunca foi menor que 2,5%.

Fonte: dados do BC, elaboração economista José Francisco Lima Gonçalves

duos a voltarem a se endividar e reduzem o custo de ficarem no vermelho.”

Em relação ao cheque especial, os juros já estão tabelados. O consignado depende do emprego formal do devedor, sendo de renegociação simplificada por meio da portabilidade de crédito. “Essas duas modalidades, entretanto, nem de longe representam o mais importante dos problemas. Segundo dados de fevereiro último, a inadimplência superior a 90 dias no crédito consignado foi

de 6,4%, e a do cheque especial atingiu 29,6%, em uma demonstração do efeito significativo do limite superior de juros na modalidade estabelecido pelo Banco Central em 2020, apesar de esse limite ser ainda muito elevado, de 8% ao mês”, ressalta o consultor.

O rotativo do cartão de crédito apresenta taxas de juro acima de 430% ao ano, cerca de 30 vezes acima da taxa Selic, definida pelo Conselho de Política Monetária e considerada alta demais para a realidade brasileira. A inadimplência no rotativo alcançou “impressionantes 63,5% em fevereiro, estimando-se que atinja até 40 milhões de devedores”.

Sem uma forma de travar os juros do rotativo, qualquer solução será limitada e de efeitos temporários, já que, em geral, os endividados, ao “limparem o nome”, voltam a contrair débitos nas mesmas modalidades. “O Banco Central, contudo, refletindo as pressões do mercado financeiro, resiste a qualquer espécie de intervenção nas condições do crédito rotativo. No meu entendimento, sem um limite severo ao abuso dos bancos, que, segundo Lula, cobram ‘uma Selic por mês’ na modalidade, nenhuma ação dará os resultados esperados”, dispara Santos.

A pesar de a inadimplência representar um problema grave, na medida em que limita o acesso ao consumo, principal motor do crescimento econômico, ela pode ser enfrentada com criatividade, aponta o economista. A proposta de criação de uma espécie de fundo social pela Caixa Econômica Federal, que captaria recursos a até 105% do CDI isentos de IR, para financiar a renegociação dessas dívidas, limitando os juros a cerca de 16% ao ano, pode funcionar bem, na medida em que ameniza o risco dos bancos. Mas a providência precisa ser acompanhada de um impedimento temporário de acesso dos beneficiários às mesmas modalidades de crédito, sob pena de retroalimentar um

**SEM REDUÇÃO
SIGNIFICATIVA
DAS TAXAS DO
ROTATIVO, NÃO
ADIANTE
REABILITAR O
CRÉDITO DOS
INADIMPLENTES**

REPORTAGEM DE CAPA

circuito vicioso de incentivos, aos devedores e aos bancos, que repassariam boa parte dos custos de suas “ousadias creditícias” ao governo, para um retorno ao endividamento sem controle.

Nenhuma ação será, porém, suficientemente bem-sucedida se os *spreads* bancários abusivos não forem atacados. O custo político de uma limitação dos juros não é pequeno, sobretudo num ambiente de piora do quadro inflacionário, devido ao prolongamento da guerra no Irã. “Será preciso uma dose importante de coragem e poder de convencimento ao governo, que provavelmente não contará com a boa vontade do Congresso e da imprensa”, alerta Santos.

A situação dos *spreads* bancários no Brasil entrou no radar do Banco Mundial, que se manifestou em nota econômica sobre o País, publicada em 2018, com base em estudos detalhados de 2017. Foi a última vez que a instituição se debruçou sobre o assunto. Os altos *spreads* entre empréstimos e depósitos, de cerca de 30%, situam o Brasil “fora da curva internacional, um *outlier* com margens líquidas de juros mais altas do que em países comparáveis”, cravou a instituição. Para pessoas físicas, até hoje o *spread* é o mesmo que espantou os analistas do banco.

“O mais preocupante é o cenário de certa estabilização, ainda que o mercado de trabalho esteja bem aquecido, com taxa de desemprego lá embaixo, um perfil ocupacional muito bom, com a criação de empregos formais liderando durante boa parte do tempo, uma certa estabilização da renda, mas ainda assim uma situação de endividamento elevado e comprometimento da renda das famílias com juros e amortização também elevados”, ressalta o economista Saulo Abouché, professor da Facamp. Há uma combinação de desaceleração da atividade econômica com níveis elevados de endividamento. Quando se está

em uma fase de alta do ciclo econômico e o endividamento cresce, é sintoma de algo positivo. Mas se está em expansão ou em níveis historicamente elevados em uma situação de desaceleração, é um alerta, dispara Abouché.

O economista considera as políticas de renegociação de dívida uma estratégia difícil neste momento. “Já houve uma redução recente dos juros do rotativo. Ainda cabe um esforço adicional de renegociação, principalmente, em relação a dívidas com cartão de crédito e cheque especial. Isso se justifica porque ocorreu um movimento de crescimento da bancarização com os bancos digitais e massificação do acesso ao cartão de crédito”, destaca o professor da Facamp. Houve, portanto, uma mudança do perfil na composição do crédito às famílias. Um crescimento expressivo do uso do cartão de crédito, que tem um dos juros mais elevados. Muitos têm mais de um cartão, isso se tornou uma prática comum. “Esse é um desafio na negociação”, sublinha o economista. Outra preocupação, prossegue Abouché, é que, com a massificação do crédito com uma taxa de juros maior, entre as famílias de baixa renda, aumenta a fragilidade do sistema financeiro e piora o perfil de endividamento das famílias. Isso vai exigir do governo não só uma revisão da supervisão e regulação financeira, mas um melhor entendimento do efeito dessa mudança no perfil de endividamento, inclusive em relação ao comprometimento da renda com apostas em *bets*, questões que preocupam o governo há algum tempo. “Isso impacta nos agre-

**NENHUMA AÇÃO
TERÁ SUCESSO
SEM ATACAR
OS SPREADS
FORA DA CURVA**





Há um efeito paradoxal: o juro alto segura o valor do dólar, que tem impacto no preço dos alimentos. Mas infla a dívida das famílias e das empresas, principalmente as pequenas

gados macroeconômicos, no consumo e na atividade econômica.”

A combinação de dívida alta com elevação persistente dos juros é preocupante. Quem lida com reestruturação de empresas ressalta que, no fim da pandemia, muitas delas aumentaram a dívida, para aguentar a retração da economia. Estocaram recursos tomados com juro baixo e, quando o juro começou a subir, não tinham para onde correr, a não ser se liquidassem esse estoque. Isso resulta em perda direta no balanço, no patrimônio. “A situação só não evoluiu mais rápido porque o caixa das empresas é remunerado pela Selic”, ressalta o economista José Francisco Lima Gonçalves, consultor e professor da FEA-USP.

Quanto às famílias, diz Gonçalves, “nem no caso das mais ricas isso é com-

pensado pelo rendimento da renda fixa ou até da Bolsa de Valores”. A alta dos juros, no caso daquelas que têm poupança financeira, esconde uma parcela do prejuízo que as taxas elevadas embutem. Para aquelas com renda que cresce mais lentamente, o peso da dívida é maior e elas terão mais dificuldade numa eventual renegociação. São as que certamente estão penduradas em um carnê, contas de luz e de água atrasadas. As expectativas eram favoráveis quando a experiência de renegociação em massa começou em 2023, mas não houve resultado notável na saúde financeira dos endividados. “Acho que uma nova rodada de renegociações deverá ter um efeito restrito e lento. No mínimo, há certa burocracia e fila. Há pouco espaço para o governo fazer alguma coisa. Se negociar, o sujeito vai lá e faz uma nova dívida. Ou seja, ele aumenta o endividamento, em vez de diminuir. No caso das empresas, o balanço sofre e elas tendem a se acomodar em um nível menor de atividade.”

As consequências políticas dessa situação são “ruins para o governo, porque tudo de bom que ele faz, os eleitores acham que não era mais que obrigação. E tudo que é ruim, põe a culpa no governo. Portanto, é mais uma conta a ser debitada”.

Há outro problema. “Por mais que aconteça uma renegociação, alguém vai ter de bancar, e geralmente isso bate na arrecadação de impostos em relação ao sistema bancário, pois os provisionamentos para devedores duvidosos aumentam e isso reduz a base de tributação. Não faltarão economistas para dizer que vai explodir a dívida federal. O fato é que o que aconteceu na pandemia, somado a todas as mudanças ocorridas desde a guerra da Ucrânia, tornou o mundo um pouco diferente. E tem caído no nosso colo o resultado disso. Eu não vejo muito como ter otimismo por aí. A coisa está brava”, conclui Gonçalves. •



O lado do juiz

SUPREMO Esperança da oposição, o ministro André Mendonça expande os negócios do Iter, seu instituto de ensino

POR ANDRÉ BARROCAL

Juiz dos inquéritos sobre as falcatruas do finado Banco Master e os descontos indevidos nos pagamentos a aposentados, André Mendonça tornou-se o mais popular ministro do Supremo Tribunal Federal, segundo pesquisa recente. Um veterano analista desse tipo de levantamento diverte-se diante da pretensão de se medir o ibope de togados supremos em um país onde 60% dizem não gostar nem se informar sobre política. Pretensões à parte, Mendonça é de fato querido em um certo grupo de brasileiros. Coleciona amigos na oposição a Lula, até ganha medalhas e dinheiro graças a essas relações. E estas aproveitam os laços para tentar proteger-se de escândalos e tramar contra o governo.

Um dia após a Páscoa, Mendonça, “terivelmente evangélico” conforme aquele que o colocou no STF, Jair Bolsonaro, recebeu um “colar de honra” na Assembleia Legislativa de São Paulo. A homenagem havia sido proposta por outro crenete, o deputado estadual Oseias de Madureira, do PL do capitão. Na plateia da solenidade estavam o governador Tarcísio de Freitas e o prefeito da capital, Ricardo Nunes. Mendonça é uma “esperança no deserto”, declarou Freitas, modo metafórico de dizer que só ele se salva no Supremo. A Corte, como se sabe, é tida pela oposição como inimiga.

O magistrado entrou no STF em de-

zembro de 2021 e, segundo um colega de Corte, é o “mais ideológico” do tribunal. Em outubro de 2023, montou um instituto para fazer negócios na área educacional, o Iter. Em manifestações públicas, como no dia do “colar” e um evento da OAB do Rio de Janeiro em março, disse que advogados e operadores do Direito não deveriam ter o dinheiro como objetivo de vida, enriquecer seria consequência de carreiras bem-sucedidas. Mendonça é formado em Direito, além de teólogo diplomado. No caso dele, Freitas e Nunes contribuíram para aquela consequência citada pelo juiz. A colaboração mais graúda até agora vem, no entanto, de um prefeito enrolado no escândalo do Master. Esse capítulo fica para mais tarde. De volta a Freitas e Nunes.

Em setembro de 2024, a Casa Militar do governador contratou um curso de três dias oferecido pelo Iter sobre a Lei de Licitações. Acordo firmado sem licitação, aliás, com base em regras de inexigibilidade de concorrência. Valor: 9.720 reais. Freitas é amigo de Wagner do Rosário, ministro da Controladoria-Geral da União nos gover-

nos Michel Temer e Bolsonaro. Mendonça foi assessor especial de Rosário na CGU no tempo de Temer. O então chefe trabalhou para sua nomeação à Advocacia-Geral da União do capitão. E foi na AGU que o pastor presbiteriano caiu nas graças de Bolsonaro. A propósito, Freitas não largou Rosário na estrada. Botou-o em seu secretariado e, depois, no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, onde está hoje.

O contrato do Iter com o estado de São Paulo foi modesto, de importância mais simbólica e curricular. O time de Nunes, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, comprou o mesmo curso e igualmente pagou pouco: 3.168 reais. Dali um ano, a cifra seria mais gorda. A Secretaria de Gestão paulistana desembolsou 380 mil reais por um curso do Iter de três meses sobre governança, gestão estratégica e fiscalização em contratações públicas. Mais uma vez, sem concorrência.

O Iter passou por reformulações em 2024 para expandir-se enquanto negócio, conforme informações da Junta Comercial do Estado de São Paulo. Permitiu-se atuar como *holding*, com participações acionárias em outras empresas. E deixou de ser uma sociedade limitada para se tornar uma por ações. Mendonça e a esposa abriram mão de 22,5% do capital e dividiram o bolo com quatro sócios. Dois trabalham com o juiz no STF: Rodrigo Hauer, chefe de gabinete do magistrado, função

A empresa do magistrado registra impressionantes avanços a partir de 2024



Homenagem. Mendonça foi agraciado com a mais alta honraria da Assembleia Legislativa de São Paulo, proposta por um deputado evangélico filiado ao PL. O governador Tarcísio de Freitas fez questão de integrar a mesa da cerimônia de loas ao magistrado



Vorcaro. O ex-banqueiro negocia delação premiada e a oposição, metida até o pescoço no esquema, busca formas de jogar o escândalo no colo de Lula

também exercida quando Mendonça era ministro da Justiça, e Tercio Tokano, assessor do gabinete e concursado da AGU, a exemplo de Mendonça. Cada um tem 5% da companhia. É o percentual de Danilo Dupas, comandante, na era Bolsonaro, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, órgão responsável pelo Enem. Dupas deixou o Inep quando Victor Godoy assumiu a pasta da Educação no último ano do capitão no poder.

Godoy completa o quarteto de sócios de Mendonça, com 7,5% do Iter. É servidor de carreira da CGU. Na Controladoria, há uma bolsa de apostas sobre quem seria o ministro em caso de vitória de Flávio Bolsonaro na eleição. Godoy figura na lista. Ele toca o dia a dia do instituto de Mendonça, na condição de presidente com mandato até setembro de 2027. É quem costuma assinar os contratos. O instituto celebrou 54 parcerias com órgãos públicos até o mês passado, conforme o Portal Nacional de Contratações Públicas, no valor somado de 4,7 milhões de reais.

O maior dos acordos equivale a 25% do total. É de 1,228 milhão de reais. Foi celebrado em julho de 2025 com o Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo, com validade de um ano. Cabe ao Iter oferecer cursos e palestras sobre direito e administração pública na escola de governo do Cioeste. Pelo consórcio, quem assinou foi seu presidente, Guto Issa, do PSD, prefeito de São Roque, um dos 14 municípios da associação. Em 2024, o Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Roque aplicou 93 milhões de reais em letras financeiras do Master, um tipo de título que não tinha cobertura do Fundo Garantidor de Crédito. Entre as prefeituras



brasileiras, só Maceió injetou quantia maior no banco: 97 milhões.

Naquele 2024, a instituição financeira sofreu um “agravamento do risco de liquidez”, pois “passou a não conseguir rolar a totalidade dos vencimentos das captações”. É o que dizia o Banco Central em um relatório de outubro de 2025. No mês anterior, o BC tinha liquidado o Master, enquanto a Polícia Federal prendia pela primeira vez o dono, Daniel Vorcaro. Em razão da liquidação, quem havia investido em papéis do Master cobertos pelo FGC recuperou até 250 mil. Quem tinha aplicado acima dessa cifra ou em títulos sem

lastro no fundo tomou prejuízo. Foi o caso do São Roque Prev. Em janeiro deste ano, um morador da cidade moveu uma ação popular contra a entidade previdenciária, seus gestores, o Master, Vorcaro e o prefeito. O processo corre na 1ª Vara Cível da cidade. Issa tem dito que não possuía ingerência sobre a instituição.

CartaCapital questionou Mendonça, via assessoria de imprensa do Supremo, sobre a situação de relatar o inquérito do Master e ser sócio de um instituto financiado por uma prefeitura (o Cioeste é bancado com verba dos associados) que participou da operação para salvar o banco. Não houve resposta. Também não houve resposta sobre duas, digamos, amizades alardeadas por congressistas bolsonaristas que agem para proteger a oposição e empurrar para o governo os abacaxis dos escândalos do Master e do INSS. Um dos parlamentares é Sóstenes Cavalcante, líder do PL na Câmara dos Deputados. O outro é Rogério Marinho, líder do partido no Senado.

Em novembro do ano passado, Cavalcante tomou café da manhã com um interlocutor a quem contou a estratégia da oposição na CPI do INSS. O deputado, evangélico como Mendonça, comentou que era o melhor amigo do juiz em Brasília e que os planos oposicionistas estavam combinados com o togado. A ideia era arrastar a família de Lula para o centro do escândalo. O alvo inicial era a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja. Logo apareceria um alvo melhor: Fábio Luís da Silva, filho mais velho de Lula. Em dezembro, a bancada da oposição na CPI tentou aprovar a convocação do primogênito do presidente para depor. No início de 2026, Fábio teve os sigilos bancário e fiscal quebrados pela comissão e por Mendonça, neste caso a pedido da Polícia Federal.

Cerca de três meses antes da quebra, o ministro havia empregado em seu gabinete um delegado federal de sua confiança. Thiago Marcantonio Ferreira havia integrado a equipe de Mendonça no Ministério

Sóstenes Cavalcante e Rogério Marinho se gabam das “dobradinhas” com o ministro



Relações. Issa, prefeito de São Roque, jogou pela janela a aposentadoria de servidores públicos e contratou a “escolinha” de Mendonça. Nogueira conta com a gratidão do juiz



rio da Justiça. Por ter ocupado cargos de confiança no tempo de Bolsonaro, Ferreira possuía informações valiosas no início do governo Lula. O atual chefe da PF, Andrei Rodrigues, teria tentado fazer um acordo com ele, diz um delegado. Um bom cargo na corporação em troca de informações sobre Bolsonaro. O delegado não topou e acabou escanteado. Resultado: enxerga em Rodrigues um desafeto.

Marinho, por sua vez, alardeia em almoços em Brasília que conversa com Mendonça sobre o caso Master e a possível delação de Vercaro. Sinal de que a oposição faz o que pode para direcionar ao governo Lula eventuais acusações. Ciro Nogueira, colega de Senado, ex-ministro de Bolsonaro e fã do governador paulista, tem motivo para se preocupar com a delação. Na hora do aperto do Master, em 2024, propôs no Congresso mudar a Constituição para ampliar o limite do FGC a 1 milhão de reais, maneira de dar fôlego ao finado banco. Segundo uma autoridade em Brasília, a PF sondou Mendonça sobre a situação de Nogueira. O ministro teria dito ser preciso separar *lobby* de “corrupção”. O senador deve ter respirado aliviado.

Nogueira foi importante na nomeação de Mendonça para o Supremo. Bolsonaro o escalou na Casa Civil no fim de julho de 2021 e, no início de agosto, mandou ao Senado a indicação de Mendonça para o STF. O indicado ficou quase quatro meses na chuva, antes de ter a sabatina marcada pela Comissão de Constituição e Justiça, comandada à época por Davi Alcolumbre, atual presidente da Casa. Como ministro, Nogueira atuou para contornar a resistência de Alcolumbre. Este faz agora jogo duro com outro escolhido para o Supremo: Jorge Messias, o ministro da AGU de Lula. Messias também é evangélico e conta com o apoio de Mendonça. Até prestigiou a cerimônia de entrega do “colar” ao ministro na Assembleia Legislativa paulista. Mendonça, não se pode negar, está na crista da onda. •



Poder de dissuasão

SOBERANIA Após a invasão da Venezuela pelos Estados Unidos, o governo Lula planeja dobrar os gastos em Defesa

POR MAURÍCIO THUSWOHL

"Temos investido em tudo, mas a Defesa fica com as sobras. Precisamos investir de forma compulsória ou nunca teremos uma Defesa do tamanho que a sociedade precisa." A queixa, verbalizada pelo ministro José Múcio Monteiro, é a face mais evidente da pressão exercida pelo comando das Forças Armadas para que o

governo federal amplie os aportes no setor. Um primeiro movimento nessa direção ocorreu no fim de 2025, quando o Senado e a Câmara, em acordo com o Ministério da Fazenda, aprovaram o Projeto de Lei Complementar 204/25, que exclui da meta fiscal 5 bilhões de reais anuais destinados à área até 2031.

Após a entrada em operação do primeiro caça Gripen montado no Brasil, con-

clusão de um projeto de parceria entre a Embraer e a empresa sueca Saab iniciado em 2013, no governo de Dilma Rousseff, Lula planeja anunciar novos investimentos em Defesa ainda este ano, ao menos enquanto a legislação eleitoral permitir. Alguma urgência, nesse caso, é recomendada. Com armamentos e equipamentos defasados em número e tecnologia, o Brasil é apenas o sexto colocado na América do Sul em gastos no setor, em termos proporcionais ao PIB. Segundo especialistas consultados por *CartaCapital*, o País tem um longo caminho a percorrer para se adequar a um mundo em crescente tensão geopolítica e propenso a uma nova corrida armamentista, com tecnologias cada vez mais inovadoras.

O ministro da Defesa afirma ter levado a Lula uma proposta de investimentos, elaborada pelo comando das três Forças, com projetos que somam 800 bilhões de reais para os próximos 15 anos. Desse montante, a maior parte vai para a Marinha, seguida por Aeronáutica e Exército. "Na Marinha, precisamos in-



vestir em submarinos, fragatas e baterias antiaéreas. A Aeronáutica precisa investir em novos aviões e bases”, diz Múcio. “O presidente sabe que é importante para defender nossa soberania. Em 2024, o mundo gastou 2,78 trilhões de dólares em equipamentos de Defesa.”

Solicitado pela reportagem, o conteúdo do documento entregue a Lula não foi disponibilizado pelo Ministério da Defesa. Fontes do Executivo afirmam, porém, que as propostas de modernização tecnológica listadas visam prioritariamente áreas como proteção de fronteiras, defesa cibernética e inteligência militar. Entre os equipamentos e armamentos, é destacada no documento a necessidade de aquisição de aeronaves, navios, veículos blindados terrestres, radares e peças de artilharia de campanha ou antiaérea. Além da renovação da esquadilha aérea, com a incorporação dos novos caças Gripen, o governo busca acelerar a construção de submarinos movidos a propulsão nuclear, outro programa badalado que custa a virar realidade.

Graças à articulação entre governo e Congresso, os 30 bilhões de reais extras a ser investidos pelos próximos seis anos darão às Forças Armadas a capacidade de avançar em alguns programas considerados prioritários. A proposta aprovada pelos parlamentares proíbe o contingenciamento desses recursos e determina que pelo menos 40% deles sejam aplicados diretamente na “ampliação da capacidade de Defesa”.

Um programa a ser impulsionado é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que gera um fluxo contínuo de dados por meio de radares, aeronaves remotamente pilotadas e sen-

Equipamentos. A incorporação dos caças suecos Gripen e a construção de um submarino com propulsão nuclear figuram entre os projetos estratégicos

sores térmicos, ópticos e eletromagnéticos. Em implantação desde 2012, o programa até agora cumpriu apenas duas das nove fases de expansão previstas – uma em Mato Grosso do Sul e outra no Amazonas – e sofre com sucessivos adiamentos.

O prazo inicialmente estipulado para a entrada em operação do novo sistema era 2021 e, agora, está previsto para 2039. No entanto, a ideia do governo e do Exército é encurtar esse prazo e, com os recursos adicionais, deslançar ainda este ano outras três fases do Sisfron em faixas de fronteira em Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Outra meta é acelerar nos próximos meses a implantação do novo programa de produção de foguetes de artilharia de longo alcance e elevada precisão, batizado de Fogos, que substituirá o programa

O comando das três Forças entregou ao presidente um plano de investimentos de 800 bilhões de reais



Artilharia reforçada. O Exército prevê o desenvolvimento de um míssil tático de cruzeiro capaz de atingir um alvo a 300 quilômetros de distância

Astros, também em vigor desde 2012. O novo programa, que prevê o desenvolvimento de um míssil tático de cruzeiro capaz de atingir um alvo a 300 quilômetros de distância, com margem de erro de apenas 9 metros, ficou prejudicado pelo pedido de recuperação judicial feito pela fabricante Avibras.

Além de absorver o antigo Astros, o Fogos terá duas vertentes voltadas a sistemas de artilharia de campanha e defesa antiaérea. Esse último item incluirá a compra ainda este ano de um novo sistema de artilharia antiaérea, no valor de 3,4 bilhões de reais, desenvolvido pela Itália, que permitirá, segundo o Exército, a “incorporação de tecnologia inédita na América Latina para a interceptação de drones e mísseis de cruzeiro inimigos”.

Um terceiro projeto de modernização das Forças Armadas a ser acelerado com a verba extra é a aquisição de 96 novos veículos blindados Centauro II-BR, que, além dos canhões de 120 mm, têm tração 8x8, potência de 720 cavalos e blindagem

capaz de suportar minas terrestres, munições cinéticas de alta pressão e outros tipos de explosivos. Dois protótipos já foram incorporados e o valor total do contrato de produção firmado com o consórcio Iveco-OTO Melara é de 5 bilhões de reais.

É um avanço, mas será preciso muito mais que os 30 bilhões de reais até 2031 para dotar o Brasil de uma Defesa forte. São urgentes os investimentos nas forças terrestres, mas a Aeronáutica também demanda a aquisição de novas aeronaves de transporte KC 390, além da entrada em operação das 15 unidades prometidas do F39 Gripen. A Marinha pede 20 bilhões de reais apenas para dar continuidade a projetos estratégicos, como o desenvolvimento de submarinos ou o projeto Tamandaré, de construção de

fragatas. “Caso não haja a renovação dos meios navais, a Marinha poderá perder até 40% de sua frota nos próximos dois anos”, diz, em nota, o comando da Força.

Professor de Geopolítica da Escola Superior de Guerra, Ronaldo Carmona diz que os investimentos precisam ser endereçados a “uma reforma estrutural que leve a um incremento substancial da nossa capacidade de Defesa”. A prioridade deve ser acelerar a conclusão, hoje prevista para 2035, dos novos submarinos movidos a propulsão nuclear. “Será um instrumento de dissuasão por excelência”, explica Carmona. A capacidade de defesa antiaérea de média e alta altura, hoje inexistente no País, precisa de radares e mísseis. “Nacionais, não estrangeiros, como costuma acontecer”, ressalva. Nesta área, avalia o especialista, o Brasil precisa possuir não só mísseis de cruzeiro, como o MTC do Exército, em fase final de testes, mas também “ambicionar o desenvolvimento de mísseis balísticos hipersônicos, como nos ensinam as guerras atuais”.

Carmona destaca ainda a necessidade de investimentos no desenvolvimento de drones de todas as classes, inclusive de grande porte e alcance com Inteligência Artificial integrada. “Com o Gripen estamos dando um passo importante, ainda

Hoje, o Brasil gasta apenas 1% do PIB em Defesa, menos que vizinhos como Equador e Bolívia

FORÇAS ARMADAS EM NÚMEROS

Tropas e principais equipamentos

EXÉRCITO

Veículos de Combate Blindados: **2.340**

Artilharia (Canhões): **2.263**

Helicópteros: **94**

Veículos de Engenharia e Manutenção: **65**

Defesa Aérea: **38**

Veículos Antitanque: **5**

Veículos Aéreos Não Tripulados : **3**



MARINHA

Patrulhamento e Combate Costeiro: **45**

Embarcações de Logística e Apoio: **42**

Embarcações de Desembarque de Tropas: **16**

Fragatas: **7**

Destróieres: **7**

Submarinos: **4**

Navios Contra Minas: **3**

Navios Anfíbios: **2**

Navios de Desembarque: **2**



AERONÁUTICA

Aeronaves de Combate: **173**

Aeronaves Diversas : **258**

Helicópteros: **59**

Veículos Aéreos Não Tripulados: **6**

Mísseis Lançáveis do Ar: **3**

Sistema Antiaéreo: **1**



FUZILEIROS NAVAIS

Veículos de Combate Blindados: **116**

Artilharia (Canhões): **64**

Defesa Aérea: **6**

Veículos de Engenharia: **3**

Veículos Antitanque: **2**

Defesa Costeira: **1**



AVIAÇÃO NAVAL

Helicópteros: **63**

Veículos Aéreos Não Tripulados: **7**

Aeronaves prontas para Combate: **5**

Mísseis Lançáveis do Ar: **2**



Exército 222 mil



Marinha 85 mil



Aeronáutica 67,5 mil



Efetivo Total 374,5 mil



DEFESA ESPACIAL

Satélites de Comunicação: **3**

Fonte: The Military Balance 2026

que partes críticas dele, como a aviãoica, sejam de origem israelense. Mas será preciso ter uma ambição maior, a de possuímos um caça furtivo nacional de quinta geração.”

Outra necessidade apontada pelo professor é a conquista de autonomia em sistemas de navegação análogos ao GPS desenvolvido pelos Estados Unidos. “Em poucas semanas será divulgado um estudo inicial, conduzido pelo GSI e o MCTI, visando o GPS nacional. A interoperabilidade das três Forças no Brasil é muito baixa em comparação com as principais Forças em nível mundial, que atuam em completa integração operacional”, afirma.

Doutor em História pela Universidade de Paris e autor de *O Que Fazer com o Militar* (2024), Manuel Domingos Neto diz que é “vexaminoso” o Brasil não dispor de autonomia na produção de aviões e mísseis balísticos intercontinentais. “Com o dinheiro e o tempo perdidos com o caça sueco, que não servirá para eventualmente enfrentar os EUA, porque suas turbinas ficariam sem manutenção, adiamos a busca de capacidade aérea própria”, lamenta. Ele avalia ser necessário um investimento sério nas comunicações satelitais e na capacidade aeronaval. “As características do País e as guerras em cur-

Se não houver renovação, a Marinha poderá perder até 40% de sua frota nos próximos dois anos

so demonstram isso. Quem dispõe de hipersônicos e sistemas de inteligência para guiá-los fica em vantagem. Uma frota de submarinos também é importante. Temos uma grande costa e um volumoso comércio externo”, explica.

Com um efetivo de 374,5 mil praças e oficiais nas Forças Armadas, o Brasil gastou, em 2024, com investimentos em defesa 124 bilhões de reais, cerca de 1% do PIB. Fica atrás dos vizinhos Colômbia (3,4%), Uruguai (2,3%), Equador (2,2%), Chile (1,6%) e Bolívia (1,4%). Está em trâmite no Senado um projeto, de autoria do senador Carlos Portinho, do PL, que determina a destinação mínima de 2% do PIB. A ideia tem a simpatia do governo, que estuda apresentar projeto próprio ao Congresso. “Lula está correto ao garantir verbas para o setor fora do limite do arcabouço fiscal, pois a situação tensa na

geopolítica mundial exige esforço redobrado para garantir a defesa das nossas fronteiras”, diz Celso Panseira, ex-ministro de Ciência e Tecnologia.

Panseira lembra que o investimento em defesa transborda para outras áreas e propicia tecnologias que beneficiam a humanidade como um todo. “A internet e o GPS, por exemplo, são instrumentos originalmente criados para sistemas de defesa, mas que hoje em dia são fundamentais para o desenvolvimento social e econômico.” Segundo Manuel Domingos Neto, não adianta aprovar orçamentos militares “se o Brasil não tiver uma política de defesa nacional verdadeira, o que demanda uma reforma militar e iniciativas transversais e simultâneas”. Sem isso, acrescenta, “entregaremos a nossa soberania”.

Carmona afirma ainda que o foco dos novos investimentos deve ser a eliminação de vulnerabilidades, dentre elas a enorme dependência de material militar estrangeiro, sobretudo da Otan e de Israel. Isso diminui a autonomia nacional em tecnologias críticas de defesa. “Devemos criar capacidades concentradas para a efetiva dissuasão e capacidade de retaliação. Algo que faça com que o custo de uma agressão ao Brasil desencoraje uma grande potência a agir contra nós”, conclui o professor da ESG. •



Baixo custo. Os drones se mostraram ferramentas extremamente eficazes nas guerras assimétricas contemporâneas

RENATO MEIRELLES

Comunicólogo, presidente do Instituto Locomotiva e fundador do Data Favela, autor de *Um País Chamado Favela* e *Como Ser uma Empresa Antirracista*



Mudança de hábito

► Como as canetas emagrecedoras afetam o modo de consumo da classe C

Outro dia, em um dos papos que batemos em nossas pesquisas, ouvi uma frase que vale mais do que gráfico. Uma mulher me disse que, depois de começar a usar a caneta emagrecedora, a geladeira da casa mudou de humor. O refrigerante parou de desaparecer tão rápido, o pacote de salgadinho ficou mais tempo fechado, o chocolate deixou de ser reposição automática na compra do mês. Em compensação, entraram mais frutas, mais proteína, mais água, mais chá. Não era discurso de nutricionista. Era descrição de rotina. E rotina, no Brasil, é onde a opinião pública vira comportamento.

É esse o ponto central que a pesquisa do Instituto Locomotiva ilumina. A discussão sobre as canetas emagrecedoras não pode ficar restrita ao consultório. O que está diante do País é um fenômeno de consumo. Um medicamento que altera o apetite altera a lista de compras, a ida ao restaurante, o pedido de *delivery* e, no limite, a circulação do dinheiro em casa.

Os dados mostram isso com clareza. Em um terço dos domicílios pesquisados houve ou há alguém usando canetas emagrecedoras. Não se trata mais de um assunto de nicho, restrito a bairros ricos ou a celebridades. Quando um tema chega à mesa de jantar e ao carrinho do atacarejo, virou cotidiano. E, no cotidiano, o impacto é concreto: 80% dos lares com usuários perceberam diminuição

de apetite. Em 95%, houve redução no consumo de ao menos uma categoria de alimentos ou bebidas.

O corte aparece justamente naquilo que sempre funcionou como consumo de impulso. Doces, salgadinhos, *snacks*, refrigerantes, massas, bebida alcoólica e ultraprocessados. É como se uma parte importante da alimentação brasileira, aquela mais guiada pela vontade do momento e pela indulgência, perdesse espaço para uma lógica mais funcional. Ao mesmo tempo, cresce o consumo de proteínas magras, frutas, vegetais, água e chás sem açúcar. Não é apenas comer menos. É reorganizar a relação com a comida.

Isso explica por que o efeito não fica dentro do supermercado. Ele escorre para o resto da economia do prato. Mais da metade dos domicílios com usuários reduziu a frequência de compra de *delivery* e *fast-food*, e quase metade diminuiu a ida a restaurantes. Existe uma mudança de hábito que atinge o varejo alimentar e a alimentação fora do lar ao mesmo tempo. O dinheiro que antes passava pela sobremesa, pelo lanche da pressa ou pelo almoço fora de casa começa a ser redirecionado.

E aqui entra um aspecto decisivo, especialmente para quem quer entender o Brasil real: remédio caro também mexe no orçamento. No país do dinheiro contado, toda despesa recorrente empurra outra para fora da mesa. Por isso, a caneta não muda só o que o brasileiro come, ela muda onde ele gasta. Em parte dos lares pesquisados, houve até redução dos gastos totais com alimentação em mercados, supermercados e atacados. O consumo encolhe em algumas frentes e se recompõe em outras, mas o saldo para vários segmentos do mercado de alimentos é de alerta.

Talvez o dado mais revelador seja outro: esse fenômeno desceu a pirâmide. Nas classes A e B, 39% disseram que alguém do domicílio usa ou já usou a caneta. Nas classes C, D e E, o número já chega a 30%. Isso desmonta a leitura preguiçosa de que se trata apenas de uma moda cara, limitada ao topo da renda. O Brasil da classe C foi tocado por esse movimento. E quando a classe C muda hábito, o País inteiro sente. Porque é ela que transforma tendência em escala.

Mas a disseminação não acontece só pelos caminhos formais. Nossa pesquisa mostra que uma parcela expressiva dos usuários recorreu a compras sem receita, pela internet ou até fora do País. Isso revela a existência de um mercado ilegal que cresce juntamente com a demanda. Não é um detalhe lateral. É parte da fotografia. Sempre que o desejo de consumo corre mais rápido do que o acesso regular, o atalho aparece. Foi assim com tantos outros produtos no Brasil. Agora, acontece também nesse mercado.

Não cabe moralismo nem torcida. O papel da pesquisa é menos dizer ao brasileiro o que pensar e mais mostrar o que está acontecendo na vida dele. E o que está acontecendo é simples de entender: as canetas emagrecedoras estão mexendo na fome, no carrinho e no bolso. Estão alterando hábitos alimentares, reorganizando gastos e criando um mercado paralelo que precisa ser enxergado sem ingenuidade.

No fim das contas, a história daquela geladeira mudou porque a rotina mudou. E, quando a rotina muda em milhões de casas, não se está mais diante de uma novidade. Está-se diante de uma transformação social em andamento. •

redacao@cartacapital.com.br

Olho gordo

PARANÁ Tribunal de Contas aponta indícios de superfaturamento e suspende licitação de programa de vigilância de Ratinho Jr.

POR MARIANA SERAFINI

As vésperas do pregão eletrônico que seria realizado na quarta-feira 8, o Tribunal de Contas do Paraná suspendeu a licitação do programa Olho Vivo. Na prática, a solução tecnológica de videomonitoramento, com recursos de Inteligência Artificial, já operava em 22 municípios paranaenses, antes mesmo de a empresa responsável, a Paladium Corp., disputar o certame. Com a medida cautelar, o órgão frustra as expectativas de Ratinho Jr. de usar as câmeras de vigilância como vitrine eleitoral para impulsionar seu provável candidato à sucessão, o secretário das Cidades, Guto Silva, articulador do negócio. Com esse revés e a entrada do ex-juiz Sergio Moro na disputa, a corrida para o Palácio Iguaçu não será tão simples quanto o governador imaginava.

Os auditores do TCE identificaram irregularidades no edital e indícios de sobrepreço no contrato. Em 60 meses de execução, o Olho Vivo custaria aos cofres estaduais 581 milhões de reais. Os técnicos também apontaram possíveis violações à Lei Geral de Proteção de Dados, insuficiência na fundamentação de necessidade de implementação do sistema e risco de sobreposição de serviços, com outras plataformas já utilizadas no estado.

De acordo com o relatório do Tribu-

nal de Contas, não há um detalhamento dos serviços a serem contratados que justifique um gasto mensal superior a 8,7 milhões de reais. O estudo fez uma comparação com o Smart Sampa, solução similar implementada na capital paulista, cujo custo é de 949 mil reais por mês. Não bastasse, o programa paranaense deve operar com 20 mil câmeras, enquanto o paulista dispõe de 40 mil equipamentos.

Líder da oposição na Assembleia Legislativa do Paraná, o deputado Arilson Chiorato, do PT, também critica o fato de a Secretaria de Segurança Pública não ter participado da elaboração do programa de vigilância, mesmo sendo a principal interessada. “O governo Ratinho Jr. montou um arranjo interno que deixou de fora quem mais entende do assunto. De um lado, a Secretaria das Cidades entra com o dinheiro. Do ou-

tro, a Casa Civil conduz a contratação. E a Secretaria de Segurança Pública, que é quem vai usar esse sistema no dia a dia, simplesmente não foi ouvida”, denuncia.

Já o deputado Requião Filho, do PDT, aponta indícios de “direcionamento prévio” da licitação. “Todo o processo parece ter sido elaborado para beneficiar a Paladium Corp.”, diz. “Antes mesmo do pregão, o programa estava em funcionamento. O governo encarou a contratação da empresa como fato consumado e iniciou a instalação de câmeras em São José dos Pinhais, Londrina e diversos outros municípios sem licitação.”

Ainda em dezembro, o deputado Chiorato denunciou ao TCE a atuação irregular da Paladium Corp. Segundo ele, a empresa já opera dentro da Secretaria de Segurança Pública e da Casa Civil, e faz compilação de dados sensíveis dos paranaenses, além de promover treinamentos e *workshops* com os servidores públicos. O parlamentar alerta que a empresa foi criada em 2024, com sede em São Paulo, e não apresentou comprovação de capacidade técnica para operar o sistema.

Requião Filho acredita que o governo Ratinho Jr. promove “um estado de vigilância permanente, policialesco, para fazer alarde e criar uma falsa sensação de segurança”. Questiona ainda a gestão de dados pessoais dos cidadãos paranaenses por empresas privadas. “Todo esse sistema opera de forma irregular. É uma invasão de privacidade tão grave que afronta a Lei Geral de Proteção de Dados.”

No centro da arquitetura tecnológica do programa Olho Vivo, a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, Celepar, atua como vetor de integração entre o Estado e a iniciativa privada. Na prática, a companhia gerencia as Unidades de Serviço de Nuvem, que permitem ao governo utilizar a infraestrutura da Google Cloud e, por consequência, os algoritmos de In-

O custo mensal do serviço seria 925% superior ao sistema da capital paulista, que tem o dobro do número de câmeras



teligência Artificial da Paladium Corp.

Segundo o TCE, esse arranjo viabiliza uma triangulação ilícita, na qual a Celepar entrega o fluxo de inteligência e dados sensíveis de segurança pública a uma plataforma privada que não passou por licitação. A situação fica ainda mais crítica diante do processo de privatização da Celepar, que pode converter essa governança pública em um ativo totalmente privado, e colocar em risco a segurança de dados e a biometria da população.

Outro aspecto criticado pelo Tribunal de Contas é a previsão de uma ferramenta de “detecção de vadiagem”, que emite alertas quando um grupo de indivi-

duos permanecerem em um mesmo local por muito tempo. Para o órgão, essa funcionalidade “amplia o potencial de impactos desproporcionais sobre grupos vulneráveis, reproduzindo práticas historicamente seletivas e incompatíveis com o princípio da não discriminação”. A Contravenção de Vadiagem ainda está em vigência no Brasil e prevê reclusão de 15 dias a três meses, mas está em desuso porque o Supremo Tribunal Federal entende que tal tipificação está em desacordo com os princípios da Constituição de 1988.

Diante de tantas irregularidades, Requião Filho critica a lentidão do Ministério Público para investigar o caso. Segundo ele, as investigações de denúncias

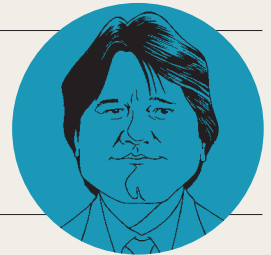
Vitrine arranhada. O Olho Vivo era uma das apostas do governador para alavancar a popularidade de seu candidato, o secretário Guto Silva

como essa só avançam após repercutirem na imprensa ou “quando saem do escopo dos promotores estaduais e vão para a esfera federal”.

Em nota, o governo do Paraná não refuta as irregularidades apontadas pelos auditores e deputados, mas garante que “a Superintendência-Geral de Governança de Serviços e Dados, vinculada à Casa Civil, prestará todos os esclarecimentos ao Tribunal de Contas do Estado”. •

PEDRO SERRANO

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)



Circo

► **Um modelo inquisitorial não se coaduna com o poder investigatório incumbido a uma CPI. Nessa esfera, o parlamentar deve ser um agente dos direitos fundamentais**

As Comissões Parlamentares de Inquérito desempenharam, ao longo das últimas décadas, um papel fundamental no fortalecimento da democracia. Por outro lado, não se pode desconsiderar que muitas CPIs se tornaram palcos de espetacularização midiática e de esvaziamento de sentido dos direitos fundamentais.

Na compreensão dos limites constitucionais à atuação das CPIs, podemos classificar os limites constitucionais ao poder parlamentar de investigar em explícitos e implícitos na Constituição. Os limites constitucionais explícitos estão relacionados ao objeto determinado e ao prazo certo. Os limites constitucionais implícitos ao poder parlamentar de investigar, especialmente no que tange ao objeto determinado e ao prazo certo, dizem respeito, no fundo, a um valor essencial da Constituição, qual seja o de vedação à devassa.

Portanto, o que se apura é um fato que deve, obrigatoriamente, ser certo e determinado. Ou seja, ele deve ser localizado geograficamente e historicamente de forma precisa. Isto é, deve ser localizado no espaço-tempo de forma clara e objetiva. Trata-se, exemplificativamente, de um fato, de uma conduta, de um evento, de uma política pública ou de um ato administrativo que reúna elementos de espaço-tempo empíricos o suficiente.

Assim considerando, é inconstitucional, por exemplo, a atuação da CPI do Crime Organizado quando se resolve, indevidamente, investigar tudo no País, desde o caso Banco Master até o Supremo Tribunal Federal, quando o correto seria criar CPIs específicas sobre esses temas.

A Constituição, atenta aos elevados poderes conferidos às CPIs, foi minuciosa em fixar limites explícitos à função fiscalizatória do Legislativo, ao exigir que haja a descrição, objetiva e clara, dos fatos, os quais devem ser delimitados no tempo e no espaço. Vedam-se, portanto, a vagueza, a ambiguidade, a indeterminabilidade e, ainda, as conjecturas, as pressuposições, as dúvidas e os requisitos condicionais no que tange ao objeto investigado.

Além dos limites constitucionais explícitos, outros limites constitucionais ao poder parlamentar são extraídos de princípios e regras constitucionais inerentes às limitações constitucionais ao poder investigatório estatal.

A primeira questão que se coloca é que qualquer investigação realizada sob o manto do sistema constitucional brasileiro deve refletir as garantias inerentes ao sistema acusatório, com as garantias que lhe são inerentes. Um modelo inquisitorial não se coaduna com o poder investigatório incumbido a uma CPI.

Deve-se, assim, salvaguardar os direitos e as garantias do investigado e assegurar a obediência às regras formais e, ainda, observar a efetividade do princípio da presunção de inocência, possibilitando-lhe a oportunidade de contrariar as alegações a ele detrimen-tosas, bem como de, assim como em seu desfavor, a mesma oportunidade de produção de provas.

O parlamentar, apesar de ser um agente político puro, um representante da maioria, ele, como chefe de uma investi-

gação no âmbito de uma CPI, deve ser um agente dos direitos fundamentais. Portanto, deve ser um garantidor de que a apuração daquele fato certo e determinado está se realizando em obediência aos direitos fundamentais.

Outros limites implícitos são dignos de nota, ainda que perfunctoriamente, isso tendo em vista o objeto precípua do presente ensaio. É direito do sujeito que for chamado como testemunha a depor como testemunha, não como investigado. Se houver dúvida, é direito do indivíduo que a CPI declare se ele está sendo chamado como investigado ou como testemunha e, mesmo assim, tratado como investigado, automaticamente passa a haver, para quem está depondo, os direitos do investigado, inclusive o de ficar calado.

A CPI deve assegurar, amplamente, o direito ao silêncio. Se o investigado possui o direito a ficar calado, ele também, consequentemente, possui o direito de não comparecer à CPI, razão pela qual o Judiciário brasileiro e, inclusive, o Supremo Tribunal Federal devem rever o entendimento dominante que assegura o direito ao silêncio, mas que obriga o comparecimento do investigado, sujeitando-o a constrangimentos e tratamentos vexatórios.

Além do direito à não autoincriminação, do qual se extraem o direito ao silêncio e o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade, deve-se assegurar o direito de assistência por advogado, o direito à razoável antecedência para comparecimento em sessões e de acesso aos autos da atividade parlamentar fiscalizatória. Por outro lado, devem ser rechaçados tratamentos vexatórios e humilhantes, bem como o efeito circo, que deve ser relegado aos espetáculos de natureza teatral. •

redacao@cartacapital.com.br

MARJORIE MARONA

Professora do Departamento de Estudos Políticos da UNIRIO. É coautora de *A Política no Banco dos Réus: a Operação Lava Jato e a Erosão da Democracia no Brasil*



Entre a autocontenção e o abismo

► **Reconhecer que o STF acumulou poder excessivo não é endossar o ataque à Corte. É condição para defendê-la com consistência**

A presidência de Edson Fachin no Supremo Tribunal Federal oferece um paradoxo revelador. O ministro que prega a “humildade institucional” preside uma Corte insensível à percepção crescente de que seu protagonismo a conduziu a uma das piores crises de legitimidade desde o fim da ditadura. Três pesquisas convergem no diagnóstico. O Datafolha registrou 43% de desconfiança da população em relação ao STF em março, recorde histórico da série iniciada em 2012. A AtlasIntel/Estadão chegou a 60% e a Quaest, a 49%. Nesta última, 72% consideram haver “poder demais” nas mãos dos ministros.

O catalisador imediato é o escândalo do Banco Master, que engolfou José Dias Toffoli e Alexandre de Moraes. Fachin convocou uma reunião de emergência para retirar Toffoli da relatoria, redistribuída a André Mendonça, mas não conseguiu levar a discussão de suspeição ao plenário, amargando o apoio solitário de Cármen Lúcia. Moraes, afetado por isolamento crescente, permanece no cargo enquanto acumula mais de 40 pedidos de *impeachment* no Senado, todos à espera de uma decisão que a presidência da Casa não tem prazo legal para tomar.

O caso Fachin funciona como lente analítica para um problema maior: nem mesmo um presidente comprometido com a autocontenção consegue reconduzir o tribunal ao equilíbrio constitucional. O impasse não é apenas rendição corporativa. É também resultado de um Congresso que, ao descobrir no desgaste do STF uma janela de oportunidade, pressiona a Corte com ameaças de *impeachment* e CPIs seletivas, reproduzindo a lógica de captura institucional que diz combater.

Fachin assumiu a presidência em setembro de 2025 com projeto claro, recuar da exposição que marcou a gestão Barroso, restaurar a colegialidade e criar um Código de Ética. Pautou com êxito o julgamento dos “penduricalhos” e sinalizou disposição de encerrar o inquérito das *fake news*, aberto há sete anos sem provocação do Ministério Público. O tribunal resiste, no entanto. Ao menos cinco ministros manifestaram incômodo público com o presidente, descrito internamente como “isolado”. O Supremo dividiu-se entre uma ala da transparência minoritária, integrada por Fachin, Cármen Lúcia e Mendonça, e uma ala de autoproteção majoritária, na qual gravitam Gilmar Mendes, Moraes, Toffoli, Flávio Dino e, de forma oscilante, Cristiano Zanin. Ao submeter o Plano Estratégico 2026–2031 à votação, Fachin viu Dino e Moraes retirarem seus votos e Mendes pedir vista, por suspeita de que o documento abriria caminho para o código de conduta.

O sinal é inequívoco: nenhum presidente consegue reverter sozinho a lógica institucional que ele mesmo integra. Seu grau de protagonismo depende menos do

cargo do que da combinação entre perfil pessoal e contexto político. Fachin faz o tipo “independente”, não afeito à negociação com os demais poderes e orientado por uma visão técnico-constitucional, em um momento que exigiria algo mais próximo do “protagonista”. A arquitetura agrava o impasse. Com 99,2% das decisões proferidas no plenário virtual em 2024, o controle de pauta esvaziou-se como instrumento de liderança. A contenção imposta a Fachin não é falta de vontade, é expressão de uma estrutura que fragmenta o poder e protege o coletivo contra o presidente.

O contexto aprofunda o dilema. A crise de legitimidade tem sido instrumentalizada eleitoralmente por setores que buscam a captura do tribunal que dizem combater. O silêncio institucional, que preserva a aparência de coesão à custa do diagnóstico honesto, é precisamente o que aprofunda a desconfiança. Quando 76,9% dos brasileiros acreditam que grupos poderosos influenciam os julgamentos, esse número não diminui com o silêncio, cresce com ele.

Reconhecer que a Corte acumulou poder excessivo não é endossar o ataque. É condição para defendê-la com consistência. A resposta precisa ser estrutural e não pode ser negociada sob pressão, pois uma reforma arrancada pelo oportunismo parlamentar não restaura a legitimidade do tribunal, apenas transfere a sua captura. O caminho é o que o próprio Fachin enuncia e não consegue percorrer: a humildade institucional de reconhecer que ninguém tem uma Constituição para chamar de sua. •

redacao@cartacapital.com.br

Só vale para Bolsonaro?

JUSTIÇA Parlamentares do PT pedem ao STF recolhimento domiciliar para todos os presos idosos ou gravemente doentes

POR RODRIGO MARTINS

Desde que foi preso, Jair Bolsonaro passou por ao menos sete internações no DF Star, luxuoso hospital da Rede D'Or, com recepção adornada por obras de Burt Marx, serviço de *concierge*, gastronomia personalizada e quartos comparáveis aos de hotéis cinco estrelas. Das crises de soluço a uma cirurgia para correção de alças intestinais, nunca lhe faltou assistência médica. Ainda assim, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, concedeu prisão domiciliar temporária ao ex-presidente para que se recupere no conforto do lar, em um condomínio de alto padrão, da broncopneumonia diagnosticada em março.

Enquanto o Judiciário se compadece da situação de Bolsonaro, dezenas de milhares de apenados, em condições de saúde muito mais graves, permanecem esquecidos no sistema carcerário brasileiro, marcado pela superlotação e a insalubridade. Para corrigir essa distorção, um grupo de parlamentares do PT apresentou ao STF um *habeas corpus* coletivo que pede a extensão da prisão ou recolhimento domiciliar a todos os custodiados com mais de 70 anos ou acometidos por graves enfermidades. O caso está sob relatoria de André Mendonça, o ministro “terrivelmente evangélico” indicado pelo ex-presidente.

“Pesquisa coordenada no âmbito do Conselho Nacional de Justiça apurou que, entre 2017 e 2021, 112 mil pessoas morreram nos presídios brasileiros, e que 62% dessas mortes decorreram de doenças. O mesmo estudo identificou que a taxa de tuberculose nas prisões chega a ser 30 vezes superior à observada na população em liberdade e que o risco de morte por caquexia é 1.350% maior entre pessoas presas do que na população em geral”, diz um trecho da petição. “Estamos diante de um quadro objetivo de letalidade e adoecimento estrutural sob custódia estatal.”

Com a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e China, o Brasil contava com 701,6 mil detentos em junho de 2025, segundo o Levantamento de Informações Penitenciárias, divulgado pela Secretaria

Nacional de Políticas Penais. Desse total, 200,4 mil eram presos provisórios, sem condenação definitiva – número próximo ao déficit de vagas, estimado em 202,2 mil. Entre os que cumpriam pena em cela física, apenas 3,5 mil tinham acima de 70 anos. Mais de 30,8 mil internos haviam sido diagnosticados com HIV, sífilis, hepatites, tuberculose ou hanseníase.

O deputado federal Rui Falcão, um dos impetrantes do *habeas corpus*, lembra que o Supremo já reconheceu, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347, em 2023, a existência de um “estado de coisas inconstitucional” no sistema carcerário brasileiro, marcado pela violação massiva de direitos fundamentais. “Entendemos que Bolsonaro tem direito à prisão domiciliar, mas, se ele pode se recuperar em casa, por que outros na mesma situação ou com quadros de saúde mais graves não podem usufruir do mesmo direito?”, questiona. “Estão nos acusando, nas redes sociais, de querer mandar para casa bandidos perigosos, mas deixamos claro na petição que a condição clínica deve ser comprovada por exames e laudos médicos. Não se trata de liberação generalizada, sem critérios.”

Logo após os deputados petistas protocolarem a peça no STF, diversos influenciadores digitais passaram a disseminar pânico nas redes, dizendo que milhares de criminosos poderiam ser “liberados” da noite para o dia. Um dos exemplos mais citados é o do médico Roger Abdelmassih, de 82 anos, condenado a 173 anos de prisão por 49 estupros. Há tempos, o Judiciário rejeita pedidos de prisão domiciliar apresentados por sua defesa, que alega risco de morte súbita devido a comorbidades e problemas cardíacos. “É curioso, os bolsonaristas mobilizaram-se intensamente pela libertação de Bolsonaro, por razões humanitárias, mas defendem para os demais o modelo de encarceramen-

Em junho de 2025, cerca de 3,5 mil detentos tinham mais de 70 anos e 30,8 mil apresentavam HIV, tuberculose, hepatite sífilis ou hanseníase



to de Nayib Bukele em El Salvador. A Lei de Execução Penal já prevê recolhimento domiciliar para maiores de 70 anos ou portadores de doenças graves. Não é um benefício, é direito. Muitos não têm, porém, condições de pagar advogado e acabam esquecidos na cadeia.”

Coordenadora da Pastoral Carcerária Nacional, vinculada à CNBB, Petra Pfaller confirma a dificuldade relatada por Falcão. “A Defensoria Pública faz um trabalho exemplar, mas muitos juízes e promotores mantêm uma postura punitivista”, lamenta a religiosa, da Congregação das Irmãs Missionárias de Cristo. A morosidade do Judiciário é outro obstáculo. “Recentemente, o padre Almir Ramos, nosso vice-coordenador, acolheu um argentino que, após muita insistência da Pastoral, conseguiu a prisão domiciliar. Idoso e com um câncer no reto em estágio avan-

Direito ou privilégio? “Por que outros internos, com quadros de saúde piores que o do ex-presidente, não podem se recuperar em casa?”, indaga Rui Falcão



çado, ele morreu em um de nossos abrigos em Florianópolis após uma semana. Esse é um caso típico: muitas vezes, o preso só é liberado quando está prestes a morrer.”

A pesquisa *Letalidade Prisional: Uma Questão de Justiça e Saúde Pública*, encomendada pelo CNJ e desenvolvida por pesquisadores do Insper e da FGV, confirma a percepção de Pfaller. O estudo cita o caso de Roberto, um interno da Unidade Prisional de Puraquequara, em Manaus, que descobriu na prisão ser soropositivo. Sem acesso a medicamentos antirretrovirais, perdeu 16 quilos em seis meses, conforme petições apresentadas pela Defensoria Pública entre agosto e outubro de 2017. Os documentos mencionam laudos médicos que atestavam a gravidade do quadro, além de incluir requisições de exames indisponíveis no sistema carcerário. A prisão domiciliar foi autorizada pelo Judiciário com atraso, 19 dias após a morte do detento. Àquela altura, o jovem de 20 anos já havia sido sepultado.

Pfaller ressalta que as unidades de saúde nos presídios fornecem apenas medicamentos básicos, como paracetamol. “Os presos até brincam, chamam de ‘paracetamol’”. São os familiares que trazem os remédios que faltam. Durante a pandemia, quando as visitas foram suspensas, muitos ficaram sem tratamento”, diz. A religiosa elogia a iniciativa dos deputados petistas, mas mantém ceticismo quanto aos efeitos práticos. Ela lembra que o Marco Legal da Primeira Infância e a Lei 13.769/2018 já preveem a conversão de prisão preventiva em domiciliar para gestantes, lactantes ou mães de crianças de até 12 anos, mas juízes frequentemente recusam os pedidos, alegando risco à sociedade, mesmo em casos de crimes sem violência. Uma realidade distante da de políticos com recursos para contratar bons advogados. “Bolsonaro tem, sim, direito de se recuperar em casa, mas quando isso é negado à maioria dos presos, torna-se um privilégio.” •

Mordaça sionista

CENSURA Sob o pretexto de combater o antissemitismo, o PL de Tabata Amaral criminaliza críticas ao Estado de Israel

POR BRUNO HUBERMAN*

A apresentação do Projeto de Lei 1424/2026, pela deputada Tabata Amaral (PSB), que adota a controversa definição de antissemitismo da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA, *na sigla em inglês*), foi um teatro cuidadosamente encenado. Dois dias antes, em 24 de março, outro projeto, de autoria do colega Eduardo Pazuello (PL), a criminalizar as críticas ao Estado de Israel com base na definição da IHRA, havia sido retirado de pauta a pedido do próprio parlamentar. O general da reserva do Exército afirmou ter agido, desde o início, em articulação com a Embaixada de Israel no Brasil.

Não por acaso, em 30 de março, quando a proposta de Tabata passou a ser debatida publicamente, a Confederação Israelita Brasileira (Conib) lançou o seu “Relatório de Antissemitismo”, que utiliza a mesma definição da IHRA. E quando Tabata tentou rebater as alegações de que o seu projeto pode censurar críticas aos crimes de guerra cometidos pelo Estado de Israel, coube a notórias figuras do *lobby* israelense no Brasil, especialmente as vinculadas à organização StandWithUs Brasil (SWU), fazer a sua defesa pública.

Esse jogo de cena é importante para demonstrar como a deputada atua como um brinquedo do *lobby* israelense no campo progressista. A parlamentar esteve em

Israel em 2023, financiada por uma organização sionista que apoia as ações militares em Gaza, e buscou, na campanha para a prefeitura de São Paulo de 2024, ser a candidata da comunidade judaica paulistana. Entre os doadores da campanha dela destacam-se figuras da elite sionista, como Jayme Garfinkel, presidente da Porto Seguro, e Eduardo Wurzmman, do Instituto Brasil-Israel.

O projeto de Tabata é uma versão moderada daquele apresentado por Pazuello. O texto enfatiza que não busca criar um novo tipo penal para o antissemitismo, mas deixa em aberto a possibilidade de incorporar a definição da IHRA à Lei do Racismo (nº 7.716/1989), que prevê de dois a cinco anos de reclusão pelo crime de discriminação racial. A sua intenção punitivista foi revelada por André Lajst, presidente da SWU – organização promotora da IHRA no Brasil –, em comentário na rede social do

deputado Glauber Braga (PSOL): “(Palestina livre) do rio ao mar é uma frase antissemita e em breve ela também será ilegal”.

Esse comentário evidencia o problema do projeto de Tabata e da definição da IHRA. Para a organização, seria antissemitismo, por exemplo, afirmar que a própria existência do Estado israelense seria fruto de um empreendimento colonialista e racista. Caso a lei proposta por Tabata estivesse em vigor em fevereiro de 2024, Lula poderia ser denunciado por racismo pela declaração em que comparou o genocídio em Gaza com a matança dos judeus pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial – um claro exemplo de manipulação do debate, visando impedir analogias históricas legítimas.

Ao redor do mundo, a definição de antissemitismo da IHRA tem sido utilizada para promover a censura e a perseguição de indivíduos críticos de Israel. Nos EUA, a definição tem servido para provocar a expulsão de estudantes e a demissão de professores – incluindo docentes judeus críticos ao Estado de Israel –, além de justificar a detenção e a negação de visto para imigrantes de origem árabe e muçulmana. Uma pesquisa realizada no Reino Unido antes do ataque do Hamas, em 7 de outubro de 2023, concluiu que não houve racismo contra judeus em 50 denúncias de antissemitismo com base na definição da IHRA. O temor de perseguição e autocensura permaneceu, porém, no ambiente universitário.

Por experiência pessoal, posso afirmar que o mesmo ocorre na PUC de São Paulo, desde que eu e o professor Reginaldo Nasser fomos falsamente acusados de antissemitismo, em 2024, por estudantes da instituição – com auxílio da Federação Israelita de São Paulo – por causa de postagens do nosso grupo de estudos sobre a história do Hamas. Como resposta, a Fundação São Paulo, mante-

Nos EUA, professores e pesquisadores já sofrem os impactos do controverso conceito que a parlamentar busca importar ao Brasil



Alvo. O projeto da deputada ameaça, sobretudo, quem denuncia o colonialismo judaico e o genocídio do povo palestino

nedora da universidade, adotou parcialmente a definição de antissemitismo da IHRA, o que tem disseminado o temor de demissão ou expulsão entre docentes e pesquisadores da questão palestina.

O antissemitismo é um mal secular que aflige os judeus e que, definitivamente, está crescendo no Brasil e no mundo, principalmente em virtude do retorno do fascismo, como demonstram os ataques a sinagogas e o atentado de Bondi Beach, na Austrália. No entanto, o que é percebido por muitos judeus sionistas como ofensa antisemita muitas vezes não passa de mera crítica ao governo de Israel. Há sobreposições entre ambos os fenômenos, mas não é pela criminalização do discurso antissionista – como faz, por vias tortas, o projeto de Tabata Amaral – que esse problema será resolvido.

A insegurança provocada pelo racismo,

como observado no Holocausto, não pode ser confundida com o incômodo que indivíduos sionistas sentem diante de críticas a um Estado, por mais que esse nacionalismo componha profundamente a sua identidade. A sobreposição entre judaísmo e sionismo é produto histórico do próprio movimento sionista, que buscou reafirmá-lo como única forma legítima de ser judeu no mundo, excluindo os antissionistas.

Diferentemente do que muitos sionistas sustentam, o antissemitismo não é uma forma de racismo excepcional, assim como o Holocausto não foi o único genocídio da história da humanidade. Essa singularização do sofrimento judaico se transformou em instrumento de pressão das elites sionistas para manipular o debate político, encobrir os crimes de Israel e interromper esforços de soli-

diedade com a Palestina. Na mesma semana em que Tabata apresentou seu projeto, a França votou uma lei semelhante para criminalizar críticas a Israel.

A iniciativa de Tabata está alinhada, portanto, ao *lobby* israelense sionista, interessado em criar a percepção de que o antissemitismo é um fenômeno vertiginoso e universal no Brasil. Isso esconde o fato de que, segundo o próprio relatório da Conib, o número de casos de antissemitismo declinou no País em 2025, fato não divulgado por entidades sionistas e pela chamada grande mídia.

É preciso combater o mito sionista de que o antissemitismo é um mal eterno, que só será resolvido com a existência de um Estado exclusivamente judaico. Além disso, a luta contra essa forma de discriminação deve ser travada em conjunto com outros movimentos antirracistas, incluindo os negros, indígenas e os próprios palestinos. A quem convém excluí-los desse debate? •

**Professor do curso de Relações Internacionais da PUC de São Paulo. Doutor e mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP).*



A nova 25 de Março

VAREJO Lojas populares mudam o cenário da Avenida Paulista, endereço mais simbólico da cidade de São Paulo

POR ALLAN RAVAGNANI

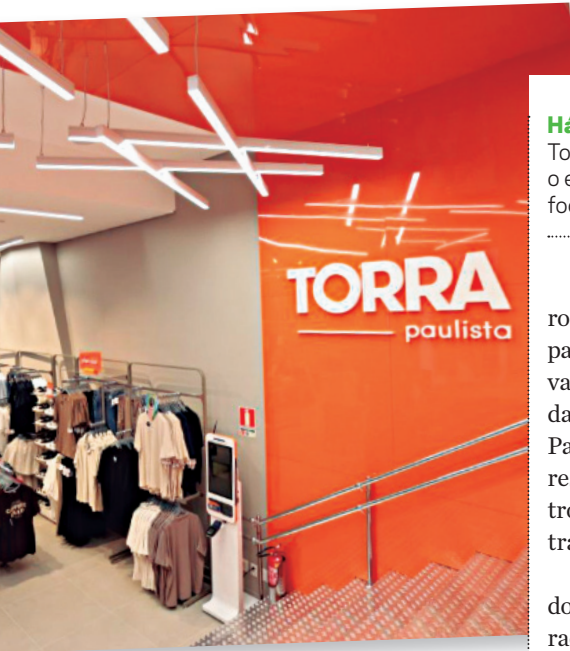
A Avenida Paulista nunca foi o que parecia ser. Nasceu residencial, virou financeira, perdeu o posto para a Faria Lima, acumulou vacância nos espigões, roubos nas calçadas e sobreviveu a tudo isso. A mais recente surpresa tem uma origem inesperada, o Brás, a 7 quilômetros de lá. No espaço onde a Livraria Cultura guardou por décadas os livros que os paulistanos não compraram, hoje um telão de LED anuncia eletrônicos, cosméticos e tênis esportivos. A Galeria Magalu chegou em dezembro de 2025 ao Conjunto Nacional, reunindo Magazine Luiza, Época Cosmé-

ticos, Netshoes, KaBuM! e Estante Virtual nos 4 mil metros quadrados do local com maior memória afetiva da avenida.

E com ela a Paulista virou outra coisa. Dias antes da Galeria Magalu, a Torra, rede de moda popular nascida há mais de três décadas, abriu sua 91ª loja na avenida mais cobiçada do comércio paulistano. A rede, que começou como negócio de família entre quatro irmãos, faturou 2,3 bilhões de reais em 2024, crescimento de 63% em cinco anos, cifra que representa quase um terço da receita da Riachuelo e quase o dobro da Marisa. Antes ainda, a Lojas Melô, varejista de utilidades domésticas com sede em São Bernardo do Cam-

po, inaugurava 700 metros quadrados na esquina com a Rua Haddock Lobo, com 2 milhões de reais de investimento e expectativa de figurar entre as cinco lojas de maior faturamento por metro quadrado da rede. A virada de 2025 para 2026 selou o movimento. A Paulista, sem que ninguém tivesse decretado, virou o novo endereço do varejo popular.

Para Fernando Faro, CEO da consultoria Varejo360, o movimento não deve ser lido como resposta à crise. “Estas marcas conseguiram crescer a partir de uma determinada estratégia, ficaram maiores e mais fortes, e enxergaram que a Avenida Paulista pode ser uma alavanca para



Hábitos renovados. A Lojas Mel e a Torra ganharam escala e hoje ocupam o espaço antes dominado por varejistas focados em um público de maior renda

ro alto, de consumidor que entra, escolhe, paga e volta, essa densidade é o ativo mais valioso. Fábio Pina, assessor econômico da Federação do Comércio, observa que a Paulista passou a reunir elementos antes restritos ao Brás, à 25 de Março e ao Centro, como fluxo intenso, acessibilidade de transporte e visibilidade de vitrine.

O público que circula é diverso, e vai dos trabalhadores de escritório aos moradores dos arredores, usuários das três estações de metrô, estudantes, turistas e público em geral aos domingos, quando a via fecha para os carros e vira um parque urbano. Essa heterogeneidade ganhou densidade com a retomada do trabalho presencial. A taxa de vacância de escritórios, que chegou a 18% em 2023, recuou para 7,8% no terceiro trimestre de 2025, segundo a consultoria Binswanger, abaixo da média dos prédios corporativos da cidade. Mais gente trabalhando na Paulista significa mais pessoas circulando nas calçadas e um perfil de consumidor que passa a incluir trabalhadores de renda média e baixa, antes ausentes do público imaginado para aquele endereço.

A segurança também pesou. A Operação Paulista Mais Segura, lançada em março de 2025, com 320 agentes da Guarda Civil e câmeras com reconhecimento facial, derrubou os roubos em 58,33% entre março e dezembro do ano passado. A percepção de segurança vol-

tou a fazer da Paulista um endereço convidativo para quem planeja abrir loja.

Santos vê no movimento uma combinação de inclusão e estratégia. “É democratização sim, mas também uma adaptação estratégica, reconfigurando suas respectivas jornadas”, pondera. O acadêmico destaca a dimensão de *branding*: uma loja na Paulista alcança um público que talvez não frequente os pontos habituais dessas redes. A conta pode fechar mesmo com o metro quadrado mais caro se o retorno em visibilidade for computado juntamente com o faturamento. Contratos longos e multas pesadas em caso de rescisão tornam a aposta irreversível no curto prazo. Quem chegou tende a ficar.

A questão que paira é a da sustentabilidade econômica. Quando os juros caírem e a renda média se recuperar, o varejo popular na Paulista corre o risco de ser empurrado por marcas de maior *ticket* e por concorrentes internacionais como Nike, Zara e H&M, as próximas a se instalarem na região, segundo os consultores da área. Para Seibel, o ambiente tende a ficar mais competitivo, mas não excludente. “As marcas que equilibrarem preço, experiência e eficiência operacional terão mais chances de se consolidar. Mais do que um movimento passageiro, estamos falando de um novo patamar de competição no varejo.”

O que a Paulista vive hoje é o resultado de uma combinação improvável, a ascensão de redes que cresceram às margens do varejo brasileiro, a degradação e recuperação de um endereço que teve sua morte decretada, e uma pressão econômica que empurrou o consumidor de renda média para baixo na régua do gasto. O varejo popular não chegou à Paulista por generosidade do mercado, mas por ter obtido escala, profissionalizado a operação e feito a leitura correta do momento do País. Acostumada a reinvenções, a Paulista anda mais parecida com um nova 25 de Março. •

a expansão dos seus negócios e ampliação dos *shoppers* que compram a marca”, avalia. André Seibel, CEO do Circuito de Compras, concorda e diz que, embora o cenário macroeconômico tenha acelerado o processo, o movimento é sobretudo estrutural. “O varejo popular evoluiu muito nos últimos anos em termos de escala, eficiência operacional, logística e entendimento do consumidor. Isso deu ao segmento musculatura suficiente para disputar espaços antes ocupados por marcas de médio e alto padrão.”

Rogério Rodrigues Santos, professor de Gestão da Estácio e consultor de varejo, vê sinais claros de mudança estrutural. “O varejo popular evoluiu em *branding*, experiência de loja e integração digital. A Galeria Magalu é mais que uma loja, ela é um *hub* de *marketplace* e tecnologia. O segmento reage à crise e ganha musculatura para ocupar espaços antes dominados por marcas *premium*.”

A escolha da região começa pelo volume: 1,5 milhão de paulistanos e turistas circulam pela avenida a cada dia, de acordo com a Associação Paulista Viva. Para o varejo que depende de números, de gi-

**O atual movimento
reflete as mudanças
estruturais no comércio**

ADALBERTO VIVIANI

Consultor de marketing e comunicação
especializado em bens de consumo



Alta-fidelidade

► O vinil domina as vendas físicas dos mercados fonográficos nos EUA e no Brasil

O retorno das mídias físicas no áudio já não é anedota retrô, mas um movimento mensurável. Em 2025, o mercado fonográfico dos Estados Unidos faturou 11,5 bilhões de dólares, e o vinil ultrapassou, pela primeira vez desde 1983, a marca de 1 bilhão de dólares em receita, com alta de 9,3% e 46,8 milhões de discos vendidos. O formato rendeu mais de três vezes a receita dos CDs e concentrou mais de 75% do faturamento físico, enquanto o CD arrecadou quase 312 milhões de dólares com 29,5 milhões de unidades.

O renascimento é puxado por catálogos clássicos e por grandes artistas *pop*. Dados da Luminate, empresa que sucedeu a Nielsen Music, SoundScan e PMRC, indicam Taylor Swift na liderança das vendas de LPs: *The Life of a Showgirl* vendeu perto de 1,6 milhão de cópias em 2025, ao redor de 3% de todo o vinil comercializado no país. Em seguida aparecem *Man's Best Friend*, de Sabrina Carpenter (292 mil unidades), *GNX*, de Kendrick Lamar (279 mil) e *Hit Me Hard and Soft*, de Billie Eilish (192 mil), enquanto *Rumours* (Fleetwood Mac) e *Thriller* (Michael Jackson) mantiveram fôlego com 190 mil e 182 mil cópias, respectivamente. O fenômeno não se limita ao vinil. Globalmente, o mercado de fitas foi estimado em 320 milhões de dólares em 2024, com projeção de ultrapassar 500 milhões até 2033.

No Brasil, segundo a Pro-Música, o mercado de música gravada faturou 3,486 bilhões de reais em 2024. O *streaming* respondeu por mais de 75% da receita, mas o físico voltou a crescer. Os LPs representam entre 70% e 77% das vendas físicas e puxaram alta superior a 30% nesse nicho, enquanto CDs e DVDs seguem em queda. Em 2025, as vendas físicas avançaram 25,6% e seguem abaixo de 1% do total, mas ganham importância estratégica para artistas independentes e selos especializados.

Marcha lenta

A indústria automobilística brasileira começou 2026 em leve aceleração. No primeiro bimestre, foram emplacados 741.629 veículos novos, alta de 5,7% em relação ao mesmo período de 2025, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores. No acumulado, os automóveis e comerciais leves somaram 333.702 licenciamentos, alta de 1,67% ante o primeiro bimestre de 2025, impulsionados por melhora nas vendas diárias em grandes centros. Motocicletas também sustentaram a expansão, com aumento de dois dígitos em algumas categorias, enquanto caminhões e ônibus abriram o ano em queda superior a 30%, à espera dos efeitos de programas de renovação de frota e da safra do agronegócio para ganhar tração ao longo de 2026.

Cápsula emagrecedora

A aprovação do Founday no EUA marca um novo capítulo na corrida global por remédios contra a obesidade. No início do mês, a FDA autorizou o uso do comprimido oral diário da Eli Lilly, cujo princípio ativo é a orforgliprona, para tratamento da obesidade em adultos. O Founday é

um agonista de receptor de GLP1, mesma classe de fármacos como Mounjaro e Zepbound, mas em forma de pílula. Pode ser tomado uma vez ao dia, em qualquer horário, com ou sem alimento, rompendo a lógica das injeções semanais.

Os estudos clínicos apresentados mostraram perda de peso média entre 12% e 15% após 72 semanas de tratamento, em comparação ao placebo, com perfil de segurança similar a outros GLP1. A Eli Lilly sinalizou que pretende pedir extensão da indicação para diabetes tipo 2 e levar o produto a dezenas de países. No Brasil, o dossiê está em análise na Anvisa, ainda sem data para chegar às farmácias. Produtos de uso oral tendem a aumentar a adesão ao tratamento, pois facilitam o armazenamento e o transporte.

TV 3.0

O Ministério das Comunicações deve liberar perto de 1,3 bilhão de reais para a compra de *kits* de recepção no padrão 3.0, formados por conversor (DTV+) e antena, a serem distribuídos gratuitamente a famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único. A ideia é contemplar, em uma primeira etapa, em torno de 1,9 milhão de domicílios antes da Copa do Mundo de 2026, garantindo que essas famílias possam receber sinal 4K com interatividade sem trocar o aparelho. Paralelamente, a Cofix já autorizou o governo a captar até 500 milhões de dólares (perto de 2,7 bilhões de reais) em financiamento externo para apoiar a implantação da TV 3.0 em infraestrutura de emissoras e redes públicas. A Anatel também anunciou mais 40 milhões de reais para reforçar retransmissoras e projetos piloto em emissoras públicas, como a EBC e a Rede Legislativa. •

redacao@cartacapital.com.br

PAULO GALA

Professor de Economia da FGV-SP, foi economista, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro. É autor, entre outros, de *Brasil, uma Economia que Não Aprende*



Pix: eficiência e inclusão

► A inovação pública brasileira desafia os gigantes globais de pagamentos

O Brasil construiu, de forma quase silenciosa, uma das mais relevantes inovações financeiras do mundo contemporâneo: o Pix. Desenvolvido pelo Banco Central do Brasil, o sistema de pagamentos instantâneos transformou profundamente a maneira como cidadãos e empresas realizam transações no País. Mais que isso, passou a competir diretamente com gigantes globais como Visa e Mastercard, que por décadas dominaram o mercado com suas redes privadas.

Essas empresas operam modelos altamente lucrativos baseados em intermediação. A cada pagamento com cartão, há uma cadeia de agentes – emissores, adquirentes, bandeiras – que capturam taxas ao longo do processo. Esse arranjo consolidou um mercado concentrado, com forte poder de rede e elevadas barreiras à entrada, sustentando a posição dominante dessas companhias em escala global.

O Pix rompe com essa lógica ao oferecer uma infraestrutura pública, aberta e interoperável. Em vez de depender de redes fechadas, o sistema conecta diretamente instituições financeiras e usuários, permitindo transferências instantâneas, a qualquer hora, todos os dias da semana. O custo é extremamente baixo e, para pessoas físicas, muitas vezes é inexistente. Trata-se de uma mudança estrutural na forma como o sistema de pagamentos opera.

Na prática, o que o Pix faz é reduzir drasticamente a intermediação. Transações que antes exigiam múltiplos intermediários agora são liquidadas em segundos entre contas. Isso diminui custos para as empresas, melhora o fluxo de caixa e simplifica a experiência para consumidores. Pequenos negócios, que antes dependiam de maquininhas e pagavam taxas relevantes, passaram a aceitar pagamentos de forma direta e eficiente.

Há também um impacto social expressivo. O Pix ampliou o acesso aos meios de pagamento digitais, incorporando milhões de brasileiros ao sistema financeiro. Trabalhadores informais, microempreendedores e pequenos comerciantes passaram a operar com uma ferramenta simples, acessível e amplamente difundida. O sistema, nesse sentido, não apenas aumenta a eficiência, mas também promove a inclusão.

Enquanto Visa e Mastercard se apoiam em marcas fortes e estruturas privadas de cobrança, o Pix funciona como uma infraestrutura pública sobre a qual diferentes agentes podem competir. Bancos e *fintechs* continuam relevantes, mas agora disputam clientes com base em serviços e inovação, não no controle da rede de pagamentos.

Esse modelo evidencia o papel do Estado como indutor de inovação em setores com fortes efeitos de rede. Ao criar uma base comum, o setor público reduz custos sistêmicos e amplia a competição. Em vez de substituir o mercado, o Pix reorganiza seus incentivos, criando um ambiente mais dinâmico e acessível.

Os efeitos competitivos já são visíveis. O uso de cartões de débito caiu, e até o

crédito começa a ser desafiado por novas funcionalidades associadas ao Pix. Isso pressiona os modelos tradicionais e força adaptações por parte das empresas incumbentes, inclusive em mercados emergentes onde soluções similares começam a surgir.

Há ainda uma dimensão estratégica importante. Ao desenvolver uma infraestrutura própria de pagamentos, o Brasil reduz sua dependência de sistemas internacionais e ganha mais autonomia em um setor crítico. Em um contexto global onde fluxos financeiros também refletem relações de poder, essa independência tem valor significativo.

Naturalmente, desafios permanecem. A expansão do Pix traz questões relacionadas à segurança, fraudes e governança que exigem constante aprimoramento. Além disso, o sucesso do sistema pode gerar novas formas de concentração em torno de grandes instituições financeiras e plataformas digitais.

Ainda assim, o balanço é amplamente positivo. O Pix demonstra que a inovação pública pode ser eficiente, inclusiva e competitiva. Ao oferecer uma alternativa funcional às redes privadas globais, o Brasil não apenas modernizou seu sistema financeiro, mas também mostrou ser possível construir soluções de interesse coletivo com impacto real na economia.

No fim, enquanto gigantes globais cobram a cada transação, o Pix opera como uma infraestrutura quase invisível, mas essencial. E talvez esta seja sua maior virtude: funcionar bem, custar pouco e ampliar o acesso – tudo aquilo que, curiosamente, os modelos tradicionais nunca tiveram grandes incentivos para fazer. •

redacao@cartacapital.com.br

O Brasil que planta e colhe

Crédito, produção e renda se articulam para retirar o País do Mapa da Fome e reconstruir a vida de quem planta

Osciclos de um país nem sempre seguem o ritmo do calendário, às vezes avançam como um plantio que desafia estiagem, outras vezes se arrastam como quem tenta recompor o que faltou no prato. O Brasil conviveu com essas duas imagens nos últimos anos, até reencontrar um rumo capaz de unir produção, renda, trabalho e a ideia de que direitos podem materializar-se no cotidiano de quem vive nas cidades e no campo.

O retorno ao Mapa da Fome, registrado pela agência da ONU para Agricultura e Alimentação (FAO), no triênio 2019–2021, expôs a fragilidade que se acumulou na teia de proteção social do País. Voltamos a ver famílias reduzindo refeições, escolas enfrentando maior pressão sobre a merenda e agricultores familiares lidando com um mercado incerto. Quando o governo do Brasil decidiu recolocar a comida como prioridade da agenda nacional, a decisão era de reconstruir políticas que garantiam renda e fortalecer quem produz o alimento de base que chega às mesas.

Dois anos depois de voltar ao Mapa da Fome, o cenário mudou. O Brasil saiu novamente com a média 2022–2024 abaixo de 2,5% no indicador de subalimentação. A FAO registrou o movimento, mas os sinais dessa mudança já estavam espalhados por políticas públicas, programas

sociais, escolas abastecidas, sistemas de compras públicas e números do crédito agrícola. O percurso indica que o País já havia alcançado esse patamar em 2014, enfrentou retrocessos nos anos seguintes e voltou a estruturar políticas públicas de caráter continuado.

A agricultura familiar sempre sustentou a produção dos alimentos mais consumidos no País: feijão, arroz, mandioca, milho, leite e hortaliças. Boa parte desse abastecimento nasce de pequenas propriedades. O que faltava, nos últimos anos, era um ambiente minimamente estável, com crédito acessível, juros mais baixos e apoio técnico. A volta desse arcabouço é o que explica o tamanho do Plano Safra destinado a esse segmento.

Para a safra 2025–2026, o governo do Brasil reservou 89 bilhões de reais destinados à agricultura familiar. É o maior vo-

É uma engrenagem que liga quem produz a quem precisa comer, sem a intermediação que costuma encarecer os alimentos

lume da história do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com destaque para 78 bilhões de reais em crédito e 3,7 bilhões de reais em compras públicas, além de recursos para Garantia-Safra, Proagro Mais e assistência técnica. O desenho dessas ações priorizou a produção de alimentos básicos, sistemas agroecológicos, famílias chefiadas por mulheres, jovens do campo e povos tradicionais.

Agricultores endividados por recentes tragédias climáticas passaram a conviver com um cenário de juros menores para custeio e investimento. Projetos de agroindústria, armazenagem e modernização de equipamentos ganharam novo fôlego. A cadeia da sociobiodiversidade, que reúne extrativistas da Amazônia, castanheiras, seringueiros e comunidades tradicionais, teve recomposição de preços mínimos e estímulos para ampliar renda.

Desde 2023, mais de 5,4 milhões de contratos do Pronaf foram firmados por agricultores familiares, totalizando mais de 186 bilhões de reais. Esse volume mostra a retomada do crédito de pequeno porte, que voltou a irrigar cooperativas, hortas comunitárias, agroindústrias e propriedades de até quatro módulos rurais.

Na ponta mais delicada da política estão os programas de compras públicas. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) voltou a ocupar seu espaço como instrumento de abastecimento e de segurança alimentar. Entre 2023 e novembro de 2025, quase 332 milhões de quilos de alimentos foram adquiridos de agricultores familiares. Esses produtos abastecem cozinhas solidárias, escolas, hospitais, abrigos e redes de assistência. É uma engrenagem que liga quem produz a quem precisa comer, sem a intermediação que encarece os alimentos.

Nos anos recentes, muitos municípios perderam estrutura para manter com-



pras regulares de alimentos da agricultura familiar. A retomada dessa política colocou as escolas novamente como pontos de conexão entre o campo e a cidade. Em 2025, o PNAE atendeu 39 milhões de estudantes, com regras que ampliam o uso de alimentos *in natura* e reduzem os ultraprocessados nos cardápios escolares.

Nas escolas, o impacto aparece em cada detalhe. Os repasses federais ao PNAE alcançaram mais de 5,5 bilhões de reais em 2025, valor que manteve a regularidade das entregas e ampliou a compra de produtos da agricultura familiar em milhares de municípios. Neste ano, o governo do Brasil anunciou um reajuste da alimentação escolar, que acumula 55% em relação a 2022, reforçando o compromisso com a merenda de qualidade.

Mais do que compor o cardápio, essa presença constante de produtores locais garante um mercado estável. Em regiões do Semiárido, onde as cisternas voltaram a ser entregues, com mais de 1,19 milhão de unidades somando consumo, produção e escolas, a água permitiu recuperar hortas, quintais produtivos e

pequenas criações. Programas de fomento rural acompanharam esse movimento, apoiando 48 mil famílias desde 2023.

Em muitas comunidades do sertão, a chegada da cisterna mudou o ritmo dos dias. Na primeira chuva mais longa, a água bate no plástico preto da cobertura e o som ecoa como promessa. É quando famílias voltam a plantar coentro, tomate, feijão-de-corda e a criar galinhas que garantem o alimento das próximas semanas.

Essa costura territorial explica por que o combate à fome não depende apenas de renda. Depende de redes que aproximam produção, distribuição e acesso. O programa Brasil Sem Fome organizou em três eixos que, resumidamente, tratam de renda e cidadania; alimentação saudável da produção ao consumo; e mobilização social. Com isso, a política passou a atuar simultaneamente em Bolsa Família, agricultura familiar, educação alimentar, abastecimento, assistência e governança federativa.

A nova medição da FAO vai além dos números, ela conta um percurso que

Do Pronaf às cisternas do Semiárido, o governo do Brasil combinou crédito, compras públicas e merenda escolar para sair do Mapa da Fome pela segunda vez

combinou políticas implantadas em diferentes áreas. Entre 2022 e 2024, cerca de 11 milhões de pessoas deixaram a insegurança alimentar severa e outras 18 milhões superaram a insegurança moderada ou grave, segundo a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES, *na sigla em inglês*).

O Plano Safra ampliou esse redesenho ao investir na base de quem alimenta o País, reforça a soberania sobre o que produzimos e ajuda a construir uma economia mais estável. O Brasil saiu do Mapa da Fome, mas, mais do que isso, voltou ao mapa das escolhas que fazem sentido para a vida de quem trabalha, planta, cria filhos, estuda, empreende e resiste. •

Produzido por
Studio Carta

Por justiça tributária

ANÁLISE Não deixe sua cor passar em branco também no Imposto de Renda

POR ELIANE BARBOSA DA CONCEIÇÃO*

A luta contra a discriminação racial é tão antiga quanto o próprio processo moderno de escravização, fundado na subjugação cultural, na exploração de corpos negros e na expropriação de bens e direitos dos povos racializados. Desde então, a resistência negra tem se reinventado, articulando identidade, direitos e políticas públicas. É nesse horizonte histórico que deve ser compreendido o anúncio do Ministério da Fazenda, em 16 de março, da inclusão do quesito raça/cor no formulário da declaração do Imposto de Renda a partir de 2026. Mais que um ajuste técnico, trata-se de uma conquista que dialoga com décadas de disputa política e produção intelectual do movimento negro brasileiro.

A produção de dados raciais sempre foi uma agenda central dessa luta. Não por acaso. Sem dados não há diagnóstico, sem diagnóstico não há política pública eficaz. Desde os anos 1980, o movimento negro reivindica a inclusão e a qualificação do quesito raça/cor nos instrumentos oficiais, compreendendo que visibilidade estatística é condição para a garantia de direitos. Nesse contexto se consolidou a campanha “Não deixe sua cor passar em branco”, impulsionada especialmente no período dos censos, com o objetivo de incentivar a autodeclaração ra-

cial, combater o apagamento identitário e fortalecer a produção de informações sobre a população negra.

Como destaca a análise publicada pelo Geledés, essa mobilização esteve diretamente ligada à necessidade de construir indicadores capazes de evidenciar desigualdades e orientar políticas públicas, ao mesmo tempo que afirmava a identidade como dimensão política e coletiva. Esse esforço resultou, ainda que parcialmente, na obrigatoriedade do quesito nos registros administrativos federais desde 2012, mas deixou de fora, por mais de uma década, um dos campos mais sensíveis, o sistema tributário.

Se, nos campos censitário e administrativo, essa agenda avançou, o mesmo não ocorreu no Imposto de Renda. A ausência de dados raciais nesse instrumento sempre representou uma lacuna importante, impedindo análises sobre como a carga tributária incide de forma di-

ferenciada entre grupos raciais e limitando o desenho de políticas fiscais mais justas. Como destacou uma reportagem da *Folha de S.Paulo*, a inexistência desse campo impede o cruzamento de informações e a mensuração precisa das desigualdades raciais na tributação, mantendo o debate no plano das inferências, não das evidências. A inclusão da autodeclaração não é apenas desejável, mas condição para que se possa compreender quem paga – e quem deixa de pagar – impostos no País, revelando as distorções de um sistema que combina regressividade na base com privilégios no topo.

Essa lacuna não é neutra. Como já evidenciado por estudos recentes, a arquitetura tributária brasileira preserva rendas do capital no topo da distribuição, como lucros e dividendos isentos, e concentra a incidência sobre o trabalho e o consumo. Nesse arranjo, mesmo entre os estratos superiores de renda, a população negra tende a pagar proporcionalmente mais Imposto de Renda do que a população branca, em grande medida por estar menos inserida nas formas de rendimento privilegiadas pelo sistema. A desigualdade fiscal, portanto, também tem cor.

O passo anunciado agora é resultado de uma construção coletiva e de pressão política recente. Em 2025, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) apresentou um Projeto de Lei propondo a inclusão do quesito raça/cor nas declarações fiscais, iniciativa construída a partir de estudos e incidência de organizações sociais, no contexto da ampla mobilização em torno do PL 1.087 do ano passado.

Nesse mesmo processo, o Manifesto por Uma Tributação Justa, Antirracista e Reparadora, encampado por importantes organizações negras do País e aliadas, foi contundente ao denunciar um sistema que cobra mais de quem tem menos e protege o topo da pirâmide, majoritariamente bran-

O quesito raça/cor no IR vai fornecer mais dados sobre a desigualdade do sistema



co. A decisão da Receita Federal não pode ser dissociada desse acúmulo. Ao contrário, evidencia que mudanças institucionais dessa natureza só se tornam possíveis quando há mobilização social, produção de conhecimento e incidência política capazes de enfrentar resistências históricas.

Se em março essa conquista dialogou diretamente com o Dia Internacional da Luta contra a Discriminação Racial, em abril ela se projeta em uma agenda mais ampla. A mobilização internacional por justiça fiscal e direitos, expressa em iniciativas como a campanha global por justiça tributária para o cuidado, reforça que a disputa

por sistemas tributários mais justos é também uma luta por direitos, por reconhecimento, por redistribuição e por reparação.

A inclusão do quesito raça/cor no Imposto de Renda abre caminho para um novo patamar de análise. Permitirá compreender melhor quem paga esse tributo no Brasil, em que condições e com quais efeitos. E, sobretudo, permitirá evidenciar, com dados, aquilo que a experiência social já revela: que a desigualdade racial atravessa o campo fiscal. A trajetória brasileira mostra que nenhum avanço nesse campo foi concedido sem luta. Da

produção de dados à formulação de políticas públicas, cada conquista resulta de mobilização, incidência e persistência.

Indicar a raça/cor na declaração do Imposto de Renda inaugura uma nova etapa. Mais que nunca, é tempo de reafirmar: não deixe sua cor passar em branco. Nem nos censos nem nas estatísticas – e agora no Imposto de Renda. ●

**Professora da Unilab-CE e diretora da Plataforma Justa. Doutora em Administração de Empresas (FGV-SP), mestre em Administração Geral (Ibmec-RJ) e pesquisadora do FGV-CEAPG.*

Os três mosqueteiros

CAPITALISMO Marx, Keynes e Schumpeter contra as mazelas do pensamento único em economia

POR MANFRED BACK E LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Ostrês mosqueteiros, Athos, Porthos e Aramis, protegiam a rainha Ana da Áustria contra as intrigas políticas do cardeal Richelieu.

Na nossa trilogia, Athos (Marx), Porthos (Keynes), faltava Aramis, o grande economista austríaco Joseph Alois Schumpeter. Cada um, à sua maneira de pensar, forma o trio que combate o pensamento único em economia e procura observar e explicar a economia como um sistema. Em 1942, Schumpeter disse: “A destruição criativa é o fato essencial do capitalismo”. Ele foi ministro das Finanças da Áustria.

Agradecemos ao Lorde Keynes, pelo contato de Schumpeter, que nos concedeu esta entrevista em Boston, em sua sala em Harvard, onde leciona Economia e Econometria. Em 1911, publica uma de suas maiores obras, *Teoria do Desenvolvimento Econômico*; em 1939, *Ciclos Econômicos*; e, em 1942, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*.

Nós: Muito obrigado por nos receber aqui em Harvard. Na sua opinião, com o predomínio de uma análise econômica hermética na modelagem, por que esse domínio dos economistas convencionais?

Schumpeter: Isto é assim porque todo conhecimento e todo hábito, uma vez adquiridos, incorporam-se tão firmemente em nós como um terrapleno ferroviário na terra. Não requerem ser continuamente renovados nem reproduzidos conscientemente, mas afundam nos estratos do subconsciente.

Nós: Se permite, uma curiosidade, um monte de cursos de inovação se apropriaram do conceito de destruição criadora.

Schumpeter: O novo não nasce do velho, mas aparece ao lado deste e o elimina na concorrência... O ideal tecnológico, que não leva em conta as condições econômicas, é modificado. A lógica econômica prevalece sobre a tecnológica... O que já foi feito tem a realidade aguda de todas as coisas que vimos e experimentamos. O novo é apenas o fruto de nossa

imaginação. Levar a cabo um novo plano e agir de acordo com um plano habitual são coisas tão diferentes quanto construir uma estrada e caminhar por ela.

Nós: Qual a sua opinião a respeito do crédito?

Schumpeter: A criação de dinheiro pelos bancos, ao estabelecer direitos contra si próprios, é descrita por Adam Smith e, na verdade, por autores ainda mais antigos, de forma completamente livre de erros vulgares, tornou-se um lugar-comum hoje em dia; com o que me apresso a acrescentar que, para os nossos propósitos, tanto faz se considera a expressão “criação de dinheiro” teoricamente correta ou não. Nossas deduções são completamente independentes dos pontos particulares de qualquer teoria monetária.

Schumpeter: Permite completar? A falta de entendimento de teoria monetária é notória na formação dos economistas.

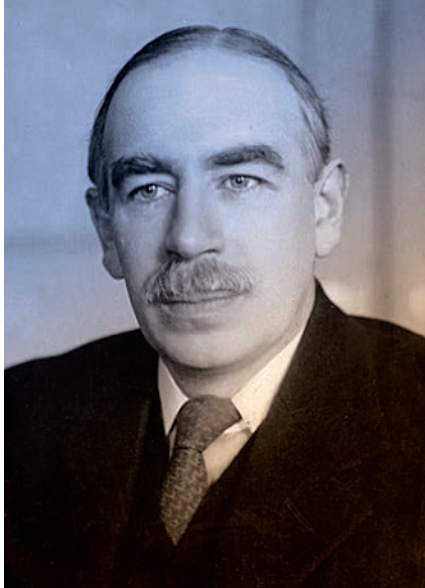
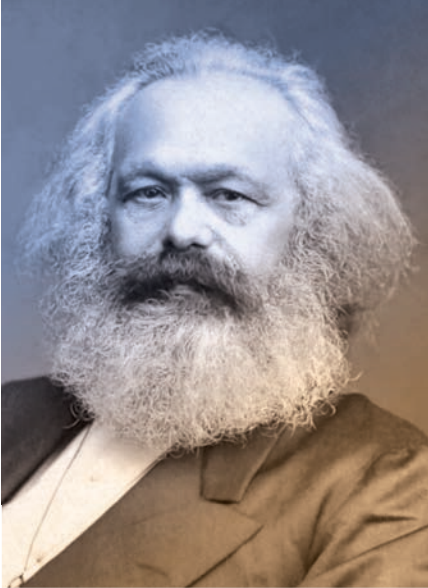
Nós: Concordamos! Fique à vontade.

Schumpeter: Além disso, quem negaria o fato de que, em alguns países, talvez 3/4 dos depósitos bancários são simplesmente créditos, e que em geral o homem de negócios primeiro torna-se devedor do banco para tornar-se depois seu credor, que primeiro “toma emprestado” e *uno actu* “deposita”, para não falar do fato de que apenas uma fração desprezível de todas as transações é e pode ser efetuada pelo dinheiro, em sentido estrito?

Nós: Poderia explicar o papel fundamental do mercado monetário numa economia capitalista?

Schumpeter: O mercado monetário é sempre, por assim dizer, o quartel-general do sistema capitalista, do qual partem as ordens para as suas divisões individuais, e o que ali é debatido e decidido é sempre em essência o estabelecimento de planos para o desenvolvimento posterior. Todas

Parte da mídia e do governo vê a dívida e os juros como uma disputa entre bandidos e mocinhos



as espécies de requisitos de crédito vêm a esse mercado; nele, todas as espécies de projetos econômicos travam relação umas com as outras e lutam por sua realização; todas as espécies de poder de compra, saldos de toda sorte, fluem para ele, a fim de serem vendidas. Isso dá origem a um bom número de operações de arbitragem e de manobras de intermediação que podem com facilidade esconder o fundamental.

Nós: O que tem a dizer desse predomínio da separação em dois blocos, o lado real e o lado monetário da economia? Como transformar imediatamente seus direitos em “dinheiro”? Então esses produtos servem de “base”, o da demanda e o da oferta?

Schumpeter: Posso me estender nessa questão importante?

Nós: Claro.

Schumpeter: O tema do livro (*Teoria do Desenvolvimento Econômico*) constitui um todo interligado. Isso não se deve a nenhum plano preconcebido. Quando comecei a trabalhar sobre as teorias do juro e do ciclo, há quase um quarto de século, não suspeitava que esses assuntos se ligariam uns aos outros e provariam estar intimamente relacionados aos lucros em-

Marx, Keynes, Schumpeter. Cada um procurou interpretar a economia como sistema. O último considerou a destruição criativa o fato essencial do capitalismo

presariais, ao dinheiro, ao crédito e semelhantes, da maneira precisa que me conduziu ao desenrolar do raciocínio. E completo: o produtor, depois de concluir a sua produção e vender o seu produto, saca contra seus fregueses, para transformar imediatamente seus direitos em “dinheiro”.

Nós: Qual o papel do banqueiro na economia capitalista? Boa parte da mídia e do governo vê o crédito, a dívida e os juros como uma questão moral. Levando a discussão entre bandidos e mocinhos.

Schumpeter: Portanto, o banqueiro não é primariamente um intermediário da mercadoria “poder de compra”, mas um produtor dessa mercadoria. Contudo, como toda poupança e fundos de reserva hoje em dia afluem geralmente para ele e nele se concentra a demanda de poder livre de compra, quer já exista, quer tenha de ser criado, ele substitui os capitalistas privados ou tornou-se o seu agente; tornou-se ele mesmo o capitalista *par excellence*. O juro é um prêmio ao poder de compra

presente por conta do poder de compra futuro... Permite uma fofoca, que ilustra bem a não compreensão por boa parte dos economistas sobre moeda? Conteí certa vez a um grupo de economistas japoneses que Keynes me dissera que não havia em todo o mundo mais que cinco pessoas que entendiam a teoria monetária.

Nós: Hoje tem alguma mensagem aos futuros economistas presos nas algemas da ciência triste?

Schumpeter: Quero deixar perfeitamente claro que, se estivesse começando a trabalhar com economia e fosse informado de que poderia estudar apenas uma das três – teoria, estatística e história –, podendo escolher qualquer uma, voltar-me-ia para a história econômica. Os erros fundamentais cometidos atualmente na análise econômica devem-se, em sua maioria, mais frequentemente, à falta de experiência histórica do que a qualquer outra carência do preparo intelectual do economista. Tanto os economistas quanto os publicistas se deixaram levar pelos fragmentos da realidade que porventura conseguiram aprender..., mas uma análise tão fragmentária não permite tirar nenhuma conclusão válida acerca da realidade de capitalista como um todo. ●



TACO com *kebab*

IRÃ Donald Trump recua pela quarta vez de um ultimato e tenta fazer uma derrota relativa passar por vitória absoluta

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX



Anedota. O novo recuo reafirmou a imagem de um presidente que só ameaça os adversários da boca para fora

A morte de “uma civilização inteira” foi adiada por tempo indeterminado. Na terça-feira 7, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, recuou pela quarta vez de um ultimato dado ao Irã e estabeleceu um novo prazo, de duas semanas, para um acordo definitivo. O novo recuo levou as redes sociais a serem inundadas com referências à sigla que resume a inconstância do republicano, neste e em outros temas: TACO, *Trump Always Chickens Out*, ou Trump sempre amarela, em tradução livre.

O melhor cenário que o presidente dos EUA conseguiu produzir, após quase 40 dias de conflito, não é melhor do que existia antes. Depois de bilhões de dólares gastos em armas e munições, além de milhares de vidas perdidas, o que se tem sobre a mesa é algo pior em termos de garantias mútuas do que havia antes do início do conflito. Trump anunciou, no entanto, o recuo como se fosse avanço. Fiel a seu modo superlativo de se comunicar, coloca ultimatos grotescos que, além de não serem cumpridos, terminam devolvendo as negociações a um estágio anterior, em condições ainda mais degeneradas do que a diplomacia conseguiria produzir.

E nem está claro se o cessar-fogo provisório irá prosperar. Na quarta-feira 8, menos de 24 horas depois do anúncio, o presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, afirmou que a trégua havia sido violada por conta dos bombardeios a duas ilhas do país, Lavan e Siri.

O Paquistão tem atuado como mediador nessas seguidas idas e vindas. O último capítulo do ziguezague protagoni-

zado por Trump resultou, na verdade, em ao menos dez exigências iranianas, dentre as quais aquela de manter relativo controle sobre o Estreito de Ormuz, por onde passa 20% do comércio mundial de petróleo. Antes da guerra, não havia impedimento para a circulação no estreito. Agora, o Irã só deixa navegar embarcações de aliados. E dá sinais de que no futuro buscará compensações financeiras na forma de algum tipo de pedágio, para ressarcir perdas causadas por uma guerra originalmente ilegal.

Além de ter demonstrado capacidade de estrangular um ponto vital do comércio mundial, o Irã também continua a manter em seu poder todo o urânio enriquecido que, teoricamente, estava na origem do imbróglio. Os Estados Unidos e Israel temem que os iranianos possam desenvolver uma bomba atômica – como a que, aliás, ambos já têm. Nenhum relatório dos inspetores das Nações Unidas apontou até hoje nessa direção, mas ninguém confia cegamente na tese de que o Irã não queria mesmo desenvolver um programa atômico com fins militares no futuro, sobretudo depois das agressões sofridas no último mês.

Até 2015, havia um acordo por meio do qual o urânio usado no Irã para fins civis era enriquecido no exterior. Isso tornava impossível a conversão do estoque para a construção de uma bomba atômica. Trump atacou esse acordo em seu primeiro mandato, e o levou ao fim em 2018. Agora, depois de todas essas reviravoltas bélicas, está novamente na

mesa de negociações, tentando arrancar dos iranianos algo ao menos comparável ao que havia dez anos atrás.

O vice-presidente norte-americano, JD Vance, referiu-se ao novo prazo, de duas semanas, como uma “trégua frágil”. Ele e outros integrantes do gabinete do presidente tentam passar a imagem de que Trump é incontrolável, e que, se não for atendido em suas demandas imperativas, pode reagir de forma irracional, como atesta a ameaça de simplesmente acabar com a civilização iraniana, de maneira que ela jamais pudesse ser reconstruída.

Outro falcão do gabinete, o ministro da Guerra, Pete Hegseth, continua a ressaltar a importância de tomar o urânio enriquecido que o Irã possui. Sem isso, o mais provável é que esse estoque volte a ser assunto de uma nova rodada de agressões no futuro, uma vez que a desconfiança perdura. O atual capítulo deste conflito é, aliás, o retorno de um assunto mal resolvido em 2025, quando norte-americanos e israelenses juraram ter “obliterado” o programa nuclear do Irã depois de uma série de bombardeios às usinas atômicas do país persa.

O urânio e o medo de uma bomba atômica serviram de pretexto para que, por mais de um mês, Tel-Aviv e Washington atacassem deliberadamente a infraestrutura de seus inimigos. Pontes e viadutos, assim como refinarias e usinas de geração de energia e de filtragem de água potável, foram pulverizados por bombardeios. Pela lei, ataques deliberados contra estruturas civis são proibidos, mas não há muito que o direito internacional possa fazer em relação a dois chefes de Estado politicamente protegidos e inalcançáveis por tribunais.

A impunidade judicial não encerra, no entanto, essa questão, pois o desgaste moral causado pelo comportamento de Trump e de Benjamin Netanyahu tam-

As condições de negociação pioraram desde o início do conflito



Controle. O governo iraniano não descarta a criação de um pedágio no Estreito de Ormuz para financiar a reconstrução da infraestrutura

bém gera uma conta, que não é barata. No caso de Israel, a acusação de genocídio na Faixa de Gaza, apresentada à Corte Internacional de Justiça pela África do Sul, parece cada vez mais verossímil, enquanto a expansão territorial na direção da Cisjordânia e do Líbano reforçam as suspeitas de que o argumento de legítima defesa pode não passar de disfarce para novas anexações ilegais. Neste caso, o efeito recai numa opinião pública internacional que tende a relativizar sua simpatia por um país povoado originalmente por vítimas do Holocausto, sobre as quais pesam agora acusações gravíssimas de comportamento inumano.

No caso dos Estados Unidos, o preço pode ser pago em votos. Trump enfrenta uma eleição difícil em novembro, na qual colocará em jogo a maioria do Congresso. Sua ameaça explícita de genocídio no Irã não pegou bem nem mesmo entre aliados. Desde o início da guerra, expoentes radicais do movimento MAGA vinham criticando a postura intervencionista do republicano, que, na visão deles, traía uma cara promessa de campanha de que este mandato seria dedicado a tirar os Es-

tados Unidos de guerras percebidas como inúteis e focar a atenção em assuntos morais, econômicos e políticos domésticos.

A traição de Trump às suas bases refletiu-se em crescimento no índice de impopularidade. Mais que isso, a ameaça de acabar com a civilização iraniana provocou um movimento raríssimo no Congresso, onde parlamentares republicanos passaram a reprovar publicamente o discurso do presidente, como no caso do senador Ron Johnson: “Eu não quero começar a nos ver explodindo infraestrutura civil”, o que, segundo ele “seria um erro gigantesco”.

Figuras influentes do movimento MAGA, como a ex-deputada conspiracionista Marjorie Taylor Greene e o ex-âncora da Fox News Tucker Carlson, foram ainda mais assertivos nas críticas. “Não podemos matar uma civilização inteira”, disse ela, enquanto Carlson afirmou ser a “hora de dizer absolutamente não” a Trump.

A imagem de um líder violento, impul-

A ameaça explícita de genocídio no Irã dividiu a base de Trump

sivo e irracional é conveniente à estratégia maximalista de Trump, mas o efeito dessa forma agressiva de negociação pode ter encontrado seu limite no caso do Irã. O regime permanece de pé, a oposição não tomou o poder, o urânio não foi entregue e o estreito está fechado, enquanto mísseis e foguetes continuarão a ser lançados contra bases norte-americanas no Golfo Pérsico, caso a trégua de duas semanas não ponha fim ao impasse.

Nenhum desses elementos pode ser apresentado por Trump como indicadores de uma vitória definitiva. Se é verdade que os Estados Unidos conseguiram matar o agora ex-líder supremo do Irã, Ali Khamenei, além de aniquilar boa parte da máquina militar de seus inimigos, por outro lado os iranianos continuam altivos e engajados num tipo de resistência que, para mostrar resultados, só precisa seguir existindo.

À medida que o impasse persiste no Irã, a guerra segue se desdobrando em outros *fronts*, que envolvem suas próprias dinâmicas, como no caso do Líbano, onde Netanyahu movimenta tropas para ocupar o sul do país vizinho, chegando até a capital, Beirute. O alcance das negociações mediadas pelo Paquistão parece ser curto demais para dirimir, numa só tacada, os impasses com Teerã e as questões ancestrais que dizem respeito às disputas de Israel com seu entorno. •

JAMIL CHADE

Jornalista, correspondente internacional, escritor e integrante do conselho do Instituto Vladimir Herzog



Império odiado

► Sob Donald Trump, os EUA experimentam um rápido declínio de sua liderança global

"Tivemos um bom período – cerca de oito décadas –, mas agora está claro que os Estados Unidos deixaram de ser os líderes do mundo livre.” A avaliação foi publicada em 24 de março pelo colunista do *The New York Times* Carlos Lozada, autor do livro *The Washington Book: How to Read Politics and Politicians*. Um de seus argumentos é de que parte do que diferentes governos norte-americanos tentaram realizar, ao longo de décadas, foi preservar um recurso essencial, a legitimidade internacional. Lozada conclui o artigo com um alerta: “Podemos estar entrando em um mundo pós-norte-americano, um mundo no qual o significado da América, os princípios e valores que o país sempre representou – às vezes na realidade, às vezes em aspiração – estão desaparecendo”. Mais: “A perda dessa América pode provar-se tão prejudicial, e muito mais duradoura, do que qualquer dano que as incursões de Donald Trump possam causar”.

Não se trata de uma avaliação isolada. Levantamentos revelam que, de fato, Trump se transformou num passivo para os EUA no mundo. Uma pesquisa realizada pela Gallup em 130 países constatou que o mundo não confia mais na Casa Branca para liderar absolutamente nada. De acordo com a enquete, a imagem dos Estados Unidos como atores centrais vive hoje um dos momentos de mais baixa popularidade no mundo inteiro.

Em 2009, um pouco menos da metade dos entrevistados (49%), em mais de cem países, dizia confiar no governo norte-americano, naquele momento comandado por Barack Obama. Em 2016, a taxa era de 46%. Um primeiro abalo ocorreu em 2017, com a chegada de Trump ao poder. A vitória de Joe Biden, quatro anos depois, recuperou em parte a credibilidade internacional dos EUA, mas em patamares mais baixos, e, ao longo dos anos, enveredando por uma pequena, mas contínua queda.

Agora, com o comportamento errático de Trump, ofensas contra outros chefes de Estado, ruptura de alianças, os ataques a culturas diferentes, a difusão incansável de mentiras e o constante belicismo, a popularidade norte-americana mundo afora voltou a desabar. Hoje, apenas 31% dos entrevistados dizem confiar em Washington, ante uma taxa de 36% favorável aos chineses. Em 2024, a taxa de popularidade da liderança norte-americana era de 39%. Se Trump prometeu que, com ele, os EUA voltariam a ser “respeitados em todo o mundo”, sua ingerência em assuntos domésticos, sequestros e mortes de adversários enterraram sua credibilidade.

A pesquisa também revela que nunca a liderança norte-americana atingiu um grau tão elevado de desaprovação internacional: 48%.

A aprovação caiu 10 pontos percentuais ou mais em 44 países, entre 2024 e 2025. Não por acaso, as quedas mais bruscas concentraram-se entre os aliados dos EUA, incluindo muitos parceiros da Otan. A Alemanha liderou o mundo em sua desaprovação. A queda foi de 39 pontos percentuais, seguida de perto por Portugal, com redução de 38 pontos percentuais. Vários outros parceiros de longa data dos EUA, entre eles

Canadá, Reino Unido e Itália, igualmente apresentaram um processo substancial de abandono da confiança. A única exceção entre os aliados dos EUA foi registrada em Israel, onde a popularidade da liderança norte-americana subiu mais de 10 pontos percentuais. Hoje, 76% dos israelenses dizem apoiar Trump.

Para os autores do levantamento, a mudança na percepção da liderança dos EUA nas últimas duas décadas reflete “um mundo que caminha para uma ordem mais multipolar”. “Muitos países, especialmente aliados dos EUA, podem estar mais abertos a equilibrar as relações entre as grandes potências do que a se alinhar claramente com uma só”, destacaram. “Para os formuladores de políticas em alguns países aliados, isso pode tornar o alinhamento com os EUA mais delicado politicamente, mesmo que o engajamento com a China pareça um pouco mais aceitável. Para empresas e investidores, sinaliza um ambiente menos previsível, em que o sentimento público pode moldar o acesso ao mercado, à regulamentação e às parcerias.”

Por qualquer critério concreto de poder, não há ninguém que ainda possa superar os EUA no cenário internacional. Com mais de 700 bases pelo mundo e um orçamento militar recorde para 2027 de 1,5 trilhão de dólares, o país continua a deter um poderio bélico incomparável. Sua economia ainda é a maior do mundo. Mas, durante décadas, a verdadeira vantagem estratégica dos EUA também residia em uma espécie de autoridade moral. Hoje, ela sofre abalos inéditos a cada postagem nas redes sociais, a cada ofensa e mentiras proclamadas por Trump, a cada míssil disparado e a cada sinalização de que, em decadência, a Casa Branca deixou de ser um ator confiável. •

redacao@cartacapital.com.br



Cadeira elétrica

PERU Em um país onde presidentes não duram, 35 candidatos disputam a eleição

POR MURILO MATIAS

A cadeira presidencial mais radioativa da América do Sul está localizada na Casa de Pizarro, o palácio do governo em Lima. Na última década, oito mandatários, da direita à esquerda, ocuparam por um breve período o mais alto cargo da república peruana. Todos foram alvo de *impeachment* em um país conflagrado desde que a franquia da Lava Jato se instalou por lá, tumultuou o cenário e criminalizou a política. Os eleitores, desconfiados, desiludidos e, portanto, raivosos voltarão às urnas no domingo 12 para mais uma tentativa de eleger um presidente e um Con-

gresso que durem além de poucos meses.

O ceticismo guia os peruanos. Meta-de dos cidadãos considera a democracia o melhor regime e 93% defendem mudanças profundas no sistema político. Os índices aferidos pelo Instituto de Estudos Peruanos e publicados no documento *Barômetro das Américas* revelam a insatisfação de uma população exaurida pela instabilidade institucional representada pelas constantes trocas no Executivo e pressionada por problemas cotidianos, particularmente a violência urbana.

A instabilidade política levou a um quadro de pulverização. Ao todo, 35 candidatos disputam a Presidência. Prevale-

cem nomes da direita e da extrema-direita, alguns inspirados no populismo penal de Nayib Bukele, de El Salvador, famoso por construir a maior prisão do mundo, onde cabem 40 mil detentos, e atropelar os direitos humanos básicos em nome de um suposto combate à criminalidade. Os favoritos são Keiko Fujimori, filha do ex-ditador Alberto Fujimori, morto em 2024 e que cumpriu pena durante 16 anos por crimes contra a humanidade, e Rafael López Aliaga, prefeito da capital e apelidado de “Bolsonaro peruano”. O comediante Carlos Álvarez é o tertius dessa história. “Keiko e Aliaga personificam o pacto mafioso que manda na nossa política há dez anos. Enfrentamos uma conjuntura complexa, inclusive do ponto de vista geopolítico”, afirma a socióloga Maria Farro. Segundo ela, a estratégia central da extrema-direita é garantir a captura do Estado por meio do controle do Legislativo, especialmente do Senado, em vias de ser recriado após 33 anos. “A maioria não desejava o retorno do Senado. O resultado dessa manobra aprovada por um Congresso com mais de 90% de



No páreo. Keiko Fujimori tenta pela quarta vez. O humorista Carlos Álvarez quer bagunçar a festa. Rafael Aliaga é chamado de “Bolsonaro peruano”

rejeição é que, de uma constituição presidencialista, passamos a uma ordem legislativa em favor dos partidos do poder”, diz o engenheiro Efraim Arana.

Além da projeção de vitória de um ultradireitista, é provável o florescimento de uma forte bancada da bala, ancorada nas inúmeras candidaturas de agentes de segurança lançadas por diferentes partidos e espalhadas pelo país. Tudo isso sobre o monitoramento dos Estados Unidos. No ano passado, o Parlamento aprovou operações conjuntas com militares norte-americanos nos moldes do acordo celebrado pelo Equador. Os congressistas eleitos agora terão pela frente a missão de ratificar ou não o tratado. “Os peruanos buscam segurança e por isso há uma boa percepção sobre a família militar e policial. Precisamos expulsar os imigrantes ilegais e fortalecer os serviços de inteligência”, defende José Cueto, candidato ao senado pela Renovação Nacional, de López Aliaga, recebido nas últimas semanas com protestos em uma série de localidades da região sul, palco

em 2022 dos principais levantes contra a então presidenta Dina Boluarte, acusada de genocídio pela morte de ao menos 60 manifestantes durante a repressão oficial aos protestos que exigiam nova eleição, na esteira da prisão de Pedro Castillo por tentativa de golpe de Estado.

Keiko Fujimori se espelha no estilo do pai, cuja carreira até o mais alto posto do país foi acelerada pela violência derivada dos conflitos entre a guerrilha e os paramilitares. A herdeira promete combater a criminalidade com mão pesada, enquanto tenta esconder as mazelas do fujimorismo, envolto em escândalos de corrupção. A ex-deputada concorre pela quarta vez. Nas três tentativas anteriores, chegou ao segundo turno, mas acabou derrotada, dada a péssima lembrança que os peruanos têm do

Três nomes da direita aparecem à frente nas pesquisas

período de Alberto Fujimori no poder.

Longe de Lima, sobrevive a residual esperança da esquerda, a partir da resistência nas províncias. Roberto Sánchez, ex-ministro de Castillo, a quem promete indultar, aposta no voto campesino, de segmentos progressistas e de organizações coletivas de base, responsáveis por frear megaprojetos de mineração em áreas de Arequipa, Cajamarca e da Amazônia, mesmo sob assédio de interesses transnacionais.

Está difícil. Conforme a mais recente pesquisa do instituto Ipsos, divulgada nos primeiros dias de abril, Álvarez, conhecido por suas imitações de políticos, se tornou um azarão. O comediante aparece com 10,8% das intenções de voto, em empate técnico com Aliaga (10,3%) e atrás de Keiko Fujimori (18%). O empresário Ricardo Belmont, o economista López Chau e o ex-ministro da defesa Jorge Nieto são outros dos concorrentes, na casa dos 5%. “O cenário parece de uma paródia e a informação sobre propostas é quase nula. Os jovens buscam opções novas não relacionadas à política, mas é difícil encontrar”, lamenta o estudante David Espinoza.

Diminuir os índices de pobreza crescente, enfrentar o avanço das máfias, equilibrar questões territoriais descentralizando o poder de Lima e, sobretudo, completar o mandato até 2031. Eis os desafios postos diante de quem vencer a disputa. O segundo turno acontece em 7 de junho. “Nunca houve tanta dispersão e carência de formação política. O resultado é imprevisível, a continuidade da crise, não”, considera Maria Farro. •

Expatriação audiovisual

CINEMA O movimento de artistas norte-americanos, como Jim Jarmusch, rumo à França gerou até uma palavra: *Frollywood*

POR ANA PAULA SOUSA

Jim Jarmusch, um dos principais nomes do cinema independente norte-americano, vive hoje entre Paris e Nova York. No início deste ano, quando foi lançado na França o filme *Pai Mãe Irmã Irmão*, o diretor e produtor de 72 anos disse à rádio estatal France Inter o desejo de solicitar a cidadania francesa. Assim, prosseguiu ele, poderia fixar residência num lugar que o trata “como um verdadeiro diretor de cinema”.

Meses antes, em setembro de 2025, no Festival de Veneza – de onde *Pai Mãe Irmã Irmão* saiu com o Leão de Ouro –, ele havia explicitado o sentimento em relação ao país onde nasceu e fez carreira: “Filmar nos Estados Unidos tornou-se proibitivo, estressante, traumático”.

Seu mais recente longa-metragem, em cartaz nos cinemas brasileiros desde a quinta-feira 9, foi produzido, basicamente, com recursos europeus. Além da produtora do próprio Jarmusch, aparecem nos créditos duas produtoras francesas (Gillibert’s CG Cinema e Saint Laurent Productions), uma irlandesa (Hail Mary Pictures) e a Mubi, plataforma cuja origem remonta ao cinema auto-

ral que tem, nos grandes festivais europeus, seu motor e sua principal vitrine.

O filme constitui-se de três episódios que remetem, pelo valor dos não ditos e pela fragmentação narrativa, a contos tchekovianos. Embora os personagens de cada segmento não se cruzem, as histórias são variações de um mesmo tema: as relações entre filhos adultos e seus pais.

A unir os episódios há detalhes, como um relógio Rolex, que são retomados em cada história – um pouco como os motivos repetidos em cada movimento de uma peça de música clássica. A realização é simples e extrai sua força sobretudo dos enquadramentos, que remetem aos tempos do cinema analógico, e da excelência

A imigração é fruto do ambiente político nos EUA, mas também do sistema francês de apoio às produções internacionais



de um elenco que conta com nomes como Tom Waits, Adam Driver, Mayim Bialik, Charlotte Rampling e Cate Blanchett.

Geograficamente, a produção reflete a tendência internacional de filmagens que se espalham pelo mundo – movidas não apenas por locações, mas por investimentos locais ou incentivos fiscais. O segmento *Pai* foi filmado na região nordeste dos Estados Unidos; *Mãe*, em Dublin, na Irlanda; e *Irmã Irmão*, em Paris.

A opção de Jarmusch não é um caso isolado. Recentemente, o *Le Monde* apelidou a crescente migração de realizadores norte-americanos para a França de *Frollywood*. Diretores como Sofia Coppola, Wes Anderson e Frederick Wiseman, morto em fevereiro, foram descritos como “expatriados estéticos”.

Embora Paris sempre tenha sido um destino querido por cineastas norte-ame-



ricanos, como Woody Allen e Samuel Fuller, parece haver agora uma pequena onda. O jornal inglês *The Times* aprofundou o tema e acrescentou à lista atores como George Clooney e Natalie Portman.

A reportagem do veículo britânico chamou a atenção ainda para a presença maciça de estrelas de língua inglesa protagonizando produções francesas. Em 2025, Angelina Jolie participou de *Couture*, de Alice Winocourt; Matt Dillon de *A Cerca*, de Claire Denis; e Jude Law de *O Mago do Kremlin*, de Olivier Assayas (ler texto à pág. 50).

Para o *Le Monde*, o expatriamento é motivado especialmente pelo atual cenário político dos Estados Unidos e pela pressão econômica imposta pelo governo Trump ao setor cinematográfico. O sistema de produção do país coloca sobre investidores e criadores uma pressão

maior pelo retorno financeiro do que o sistema europeu – onde, além de incentivos fiscais, o Estado oferece um amparo por meio de subsídios.

Reside nessa diferença, como lembra o *Times*, uma pista fundamental para que se compreenda esse movimento. A pista tem nome: Centre National du Cinéma et de l'Image Animée, o CNC, instituição criada em 1946, no pós-Guerra, para garantir a existência e a força do cinema francês ante o poderio hollywoodiano.

Um ano após a criação do CNC, a França levaria à rodada de 1947 do Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio (Gatt) o conceito de “exceção cultural”, segundo o qual os filmes não devem ser tratados, nas regras de comércio, da mesma forma que sapatos ou automóveis, por carregarem elementos de subjetividade e identidade nacional.

Na tela. *Pai Mãe Irmã Irmão*, o 14º longa-metragem de Jarmusch, em cartaz nos cinemas brasileiros desde a quinta-feira 9, foi produzido com recursos europeus

A partir da defesa da própria produção, a França foi se tornando, ao longo dos anos, um apoiador importante de outras cinematografias, como aquelas do Oriente Médio ou da África.

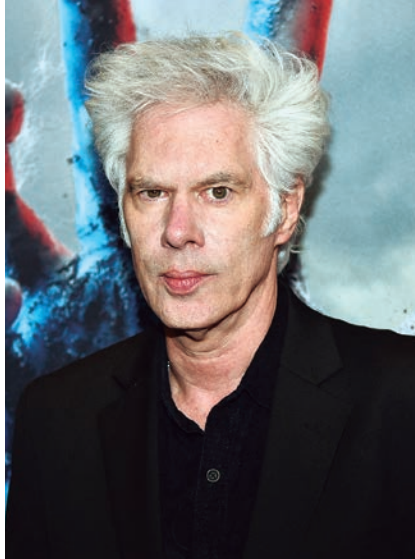
Os recursos que abastecem o CNC vêm de múltiplas fontes. Dentre elas estão uma taxa sobre os ingressos vendidos – a ser reinvestida na produção de filmes –, um imposto cobrado da tevê aberta e, nos anos mais recentes, uma contribuição feita pelas plataformas de *streaming*.

Não deixa de soar curioso o fato de a política cinematográfica francesa, feita durante muito tempo em oposição ao ci-

nema norte-americano, agora abraçá-lo. O site do CNC elenca, em sua *homepage*, “cinco grandes motivos” para se filmar na França. Em um vídeo curto, no qual aparecem os Minions e a Netflix, a instituição mostra que está empenhada em atrair filmagens para seu território.

Hoje, os filmes internacionais beneficiam-se de um desconto fiscal, chamado *tax rebate*, de 30% se forem rodados na França. O percentual sobe para 40% caso a produção gaste pelo menos 1 milhão de euros em efeitos visuais. Trata-se de uma política agressiva, voltada a grandes projetos de Hollywood e do *streaming*.

Para o cinema independente, o pilar de sustentação é o programa Aide Aux Cinémas Du Monde, criado em 2012 com o objetivo de encorajar e apoiar a coprodução internacional entre a França e o resto do mundo. O apoio financeiro, sujeito a uma rígida e disputada seleção, beneficia longas-metragens de ficção, ani-



mação e documentários destinados ao lançamento nos cinemas da França. O proponente deve ser uma empresa estabelecida no país.

Filmes com orçamento superior a 2,5 milhões de euros podem receber até 500 mil euros; para as demais obras, o te-

Sensação. Para Jarmusch, filmar nos EUA tornou-se “proibitivo, traumático”. Já na França, ele diz se sentir tratado “como um verdadeiro diretor de cinema”

to é de 300 mil euros. Desde a sua criação, o programa apoiou 695 projetos. Os resultados dessa internacionalização têm sido expressivos.

No último Festival de Cannes, havia, na mostra competitiva, 16 filmes com algum tipo de participação do CNC. Alguns deles saíram do Palais des Festivals com prêmios: *Foi Apenas Um Acidente*, do iraniano Jafar Panahi; *Valor Sentimental*, do norueguês Joachim Trier; *Sirat*, do francês Olivier Laxe; e *O Agente Secreto*, do brasileiro Kleber Mendonça Filho.

E a prova definitiva de força seria estampada no Oscar deste ano: os cinco filmes indicados à categoria de Melhor Filme Internacional – *O Agente Secreto* incluído – contaram com recursos franceses. •

A VIDA NO KREMLIN

Com Jude Law no papel de Vladimir Putin, o diretor francês Olivier Assayas busca dar conta de 30 anos da política russa

Dirigido por Olivier Assayas, *O Mago do Kremlin*, em cartaz no Brasil desde a quinta-feira 9, é uma superprodução de 23 milhões de euros que busca contar 30 anos de política russa, de Mikhail Gorbachev à anexação da Crimeia em 2014. Adaptado do *best seller* homônimo de Giuliano da Empoli, o filme traz Jude Law como Vladimir Putin e Paul Dano

como Vadim Baranov, o “mago” inspirado num conselheiro real do poder.

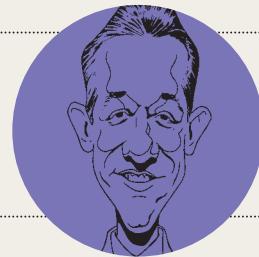
Filmado na Letônia, o projeto teve seu reembolso fiscal negado pelo Estado, que considerou a mensagem do filme ambígua por, de certa forma, explicar a ascensão de Putin. Assayas, diretor de alguns grandes filmes, parece, aqui, ter se encolhido ante a grandiosidade e a complexidade daquilo que retrata. – APS



Superprodução. Paul Dano dá vida, na tela, a Vadim Baranov, o “mago” inspirado no conselheiro real Vladislav Sourkov

ARTHUR CHIORO

Médico sanitário e professor da Escola Paulista de Medicina (Unifesp). Foi ministro da Saúde. É presidente da HU Brasil (MEC)



Cuidar da vida

► Após o colapso da governança sanitária vivenciado entre 2019 e 2022, o Brasil voltou a ter projeto, direção e compromisso nas políticas públicas de saúde

No Dia Mundial da Saúde, o Brasil tem, sim, o que comemorar. Não se trata de ufanismo vazio. Saímos de um período marcado por negacionismo, desorganização institucional e corrosão deliberada das políticas públicas para retomar o caminho da defesa da vida, da ciência e do SUS.

O contraste não poderia ser mais evidente. Entre 2019 e 2022, assistimos a um colapso da governança sanitária. A pandemia de Covid-19 expôs as consequências de escolhas políticas que desprezaram a ciência, sabotaram a coordenação federativa e fragilizaram o SUS. O resultado: mais de 700 mil mortes, que jamais podem ser esquecidas, sofrimento evitável e desigual para os mais pobres e vulneráveis.

A partir de 2023, inicia-se um processo consistente de reconstrução, com a implementação das prioridades expressas no programa de governo de Lula em 2022, indicando um alinhamento claro entre compromisso e ação.

O primeiro eixo da retomada foi o financiamento. A recomposição do orçamento da saúde rompeu com o estrangulamento imposto pelo teto de gastos e permitiu recuperar a capacidade operacional do SUS. Entre 2022 e 2025, a aplicação mínima em ações e serviços públicos

de saúde cresceu 77%. A PEC da Transição garantiu recursos emergenciais, enquanto o novo arcabouço fiscal restabeleceu a vinculação constitucional, assegurando previsibilidade e estabilidade para o SUS.

Com recursos, planejamento e coordenação, os resultados começaram a aparecer. Um dos exemplos mais emblemáticos é a redução das filas para consultas, exames e cirurgias. Em 2025, o País atingiu a marca de quase 15 milhões de cirurgias eletivas, um crescimento de 41% em relação a 2022. No mesmo período, o aumento de consultas especializadas foi de 133% e o de exames especializados de 37%, graças ao Programa Agora Tem Especialistas.

Essa resposta se deu com a ampliação de recursos e mobilização de capacidades existentes. A rede de hospitais universitários federais, coordenada pela HU Brasil, por exemplo, promoveu mutirões e ampliou turnos cirúrgicos. Um exemplo concreto de como o SUS, quando bem gerido, é capaz de responder com eficiência e escala.

Outro pilar da reconstrução foi a retomada de ações estruturantes. Voltamos a ter o maior programa de imunização do mundo, com aumento na cobertura das 16 vacinas infantis. O Mais Médicos atingiu o maior número de profissionais da história, com 27,4 mil médicos em atuação, quase o dobro de 2022. O Farmácia Popular foi ampliado e, em 2025, tornou-se integralmente gratuito para os itens ofertados, alcançando quase 27 milhões de brasileiros. Políticas que ampliam o acesso, reduzem desigualdades e fortalecem a atenção primária.

A agenda da equidade também voltou ao centro da política pública. A crise humanitária no território Yanomami foi enfrentada com ação direta do Estado,

resultando em redução expressiva das mortes por desnutrição. Programas voltados à saúde das mulheres, populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas foram retomados e ampliados.

Mas talvez um dos movimentos mais estratégicos – e menos visíveis no debate público – seja a reconstrução do Complexo Econômico e Industrial da Saúde. Retomar a produção nacional de insumos estratégicos, como insulina, dispositivos médicos e medicamentos biotecnológicos e investir em inovação, inclusive com o desenvolvimento de vacinas, não é apenas uma agenda econômica. É uma questão de soberania.

Ao mesmo tempo, novos desafios se impõem. As mudanças climáticas impactam o perfil epidemiológico e a organização dos serviços de saúde. A resposta do SUS a eventos extremos, epidemias e desastres ambientais exigirá capacidade de adaptação e investimento contínuo. Iniciativas como o AdaptaSUS apontam para essa nova fronteira, integrando saúde, ambiente e desenvolvimento.

Celebrar o Dia Mundial da Saúde não é ignorar problemas e desafios que persistem. Nossas desigualdades regionais são profundas e o subfinanciamento histórico não se resolve em poucos anos. Mas o Brasil voltou a ter projeto, direção e compromisso com a vida.

Depois de anos de destruição, reconstrói sua política de saúde com base em evidências, solidariedade e responsabilidade pública. E isso, em um mundo cada vez mais incerto, não é pouco. É, ao contrário, motivo legítimo de celebração – e de renovação da esperança no SUS como uma das maiores conquistas civilizatórias do Brasil. •

redacao@cartacapital.com.br

Robert Crumb contra Trump

HQ Os trabalhos recentes do cartunista e de sua família dialogam com o atual clima de paranoia, desinformação e polarização

POR CARLOS MINUANO

Há tempos Donald Trump perturba o cartunista norte-americano Robert Crumb. Um detalhe parece central nesse incômodo. “Acho que falhei com o povo norte-americano, porque sou incapaz de captar a complexidade do cabelo de Trump.”

A frase aparece em uma HQ de 2020, assinada por Crumb e sua esposa, Aline Kominsky-Crumb, e sintetiza o tom de *Tempos Modernos*, antologia que inclui ainda trabalhos da filha, Sophie Crumb, e acaba de chegar às livrarias brasileiras.

Escrita durante o primeiro mandato de Trump, de 2017 a 2021, a HQ mostra Crumb e Aline em meio a indagações carregadas de sarcasmo e ironia. “Você compraria um carro de alguém usando esse penteado?”, provoca Aline. A obsessão com o cabelo e os hábitos alimentares do presidente norte-americano aparece como uma chave para interpretar o comportamento de um líder que, na visão dos autores, ameaça a própria ideia de civilização.

Na mesma HQ, Crumb relembra outra mais antiga, *Point the Finger*, de 1989, na qual propunha uma solução simples para Trump: enfiar sua cabeça num vaso sanitário. Ele explica que a fúria teve origem na leitura do livro *A Arte da Nego-*

ciação, lançado em 1987, muito antes de o então empresário nova-iorquino do mercado imobiliário se tornar a pessoa mais poderosa do planeta. “Naquela época ele era apenas um astro de *reality show*”, diz.

“Com a ira de um profeta bíblico, Crumb enxergou o ser lastimável que é Donald Trump antes mesmo de ele cogitar entrar para a política”, observa Rogério de Campos, editor da Veneta e o principal responsável por difundir sua obra no Brasil.



TEMPOS MODERNOS

Aline, Sophie e Robert Crumb.

Tradução: Cris Siqueira e Rogério de Campos. Veneta (128 págs., 99,90 reais)

Muito antes de Trump se tornar personagem recorrente da política mundial, Crumb escancarava a anatomia grotesca do sonho americano em quadrinhos que, no fim dos anos 1960, redefiniram a linguagem das HQs nos Estados Unidos.

Criador de personagens como Fritz the Cat (que ele mataria após o gato se tornar uma celebridade), Mr. Natural e do clássico *Keep on Truckin'*, de 1968, símbolo da contracultura, o cartunista construiu uma obra que expôs, com humor ácido e desconfortável, as contradições de sua época.

Tempos Modernos dialoga diretamente com o clima de paranoia, desinformação e polarização dos dias atuais. No livro, vemos o artista, com 82 anos, diante de um século que parece ter confirmado muitas de suas críticas. Entre a pandemia de Covid-19, o isolamento e o turbilhão das *fake news*, a família Crumb transforma a experiência cotidiana em histórias marcadas por humor, franqueza e um olhar implacável sobre o mundo contemporâneo.

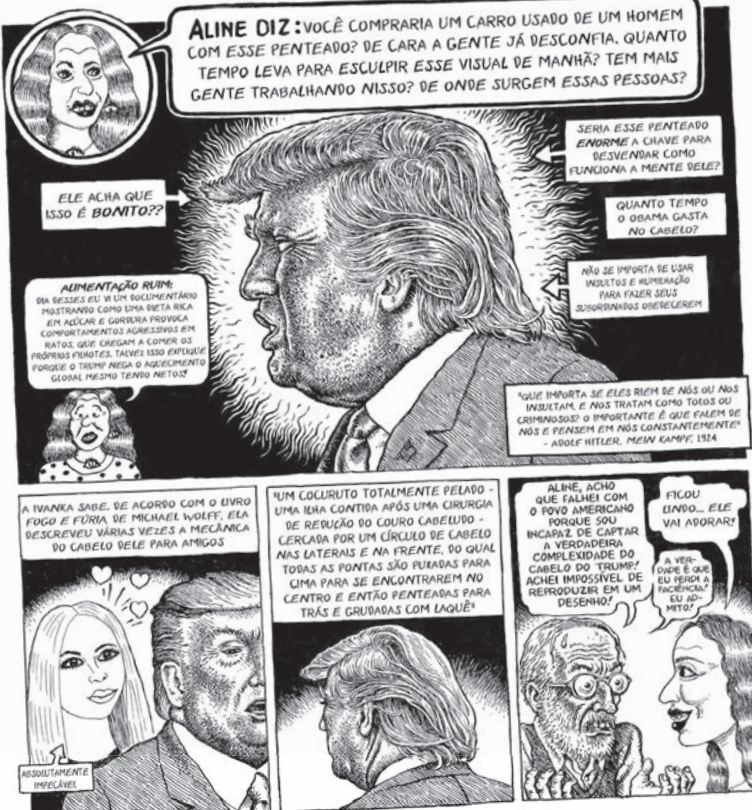
Mas, na análise do editor da Veneta, o cartunista norte-americano, que hoje vive na França, está longe de ser apenas um cronista do presente. Ele se insere numa tradição crítica norte-americana que atravessa séculos. Sua obra dialoga com uma linhagem que vai de Henry David Thoreau a Mark Twain, passando por nomes como John Reed e Jack London.

“Crumb carrega a lembrança de tudo isso e encontra seu lugar fora da cultura contemporânea”, afirma Campos. Ao recusar o culto da celebridade e a adesão acrítica às novas tecnologias, o cartunista preserva uma posição rara: a de observar, com distância e acidez, as transformações do seu tempo.

Crumb chegou à idade adulta no fim dos anos 1960, quando os Estados Unidos ferviam com a contracultura, a li-

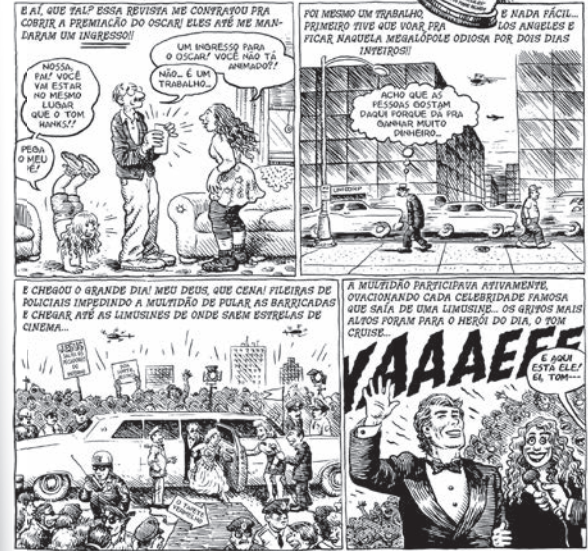
ALIMENTAÇÃO RUIM & PENTEADO RUIM DESTROEM A CIVILIZAÇÃO HUMANA

por ALINE & R. CRUMB ©2020

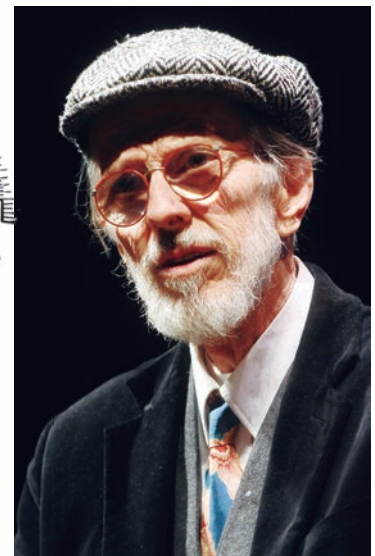


R. CRUMB, O "VELHO FORASTEIRO" VAI À CERIMÔNIA DOS...

PRÊMIOS DA ACADEMIA



Sátira e crônica. O livro recém-lançado no Brasil reúne trabalhos produzidos entre 2017 e 2021. O artista (abaixo) começou a retratar o presidente dos Estados Unidos muito antes de ele cogitar entrar para a política. Em *Point The Finger*, de 1989, Crumb sugeria que o então empresário enfiasse a cabeça num vaso sanitário.



O que está acontecendo com o Mundo?
AGUARDE E VERÁ!

Quadrinhos underground.

Nos desenhos de Crumb, corpos são retorcidos, desejos aparecem sem filtro e o tão falado “sonho americano” surge como caricatura



bertação sexual, o uso de psicodélicos e a contestação política. Mas seu olhar vinha de antes. Nascido na Filadélfia, em uma família pobre e problemática, cresceu à margem do sonho americano, que viu se dissolver por entre os dedos enquanto desenhava personagens deformados, mulheres de proporções exageradas e um mundo para lá de esquisito.

Da infância atormentada aos primeiros ácidos na Califórnia, ele ganhou fama circulando com seu terninho e chapéu caretas, ao lado de nomes como Janis Joplin, de quem ilustrou a capa do antológico disco *Cheap Thrills*, de 1968.

Foi nesse ambiente alucinado que Crumb ajudou a moldar os chamados quadrinhos *underground*, publicações independentes que desafiavam a indústria com tudo o que era considerado impróprio: drogas, neuroses, sacanagens de todos os tipos e muitas críticas à política e à religião. Em seus desenhos, corpos

são retorcidos, desejos aparecem sem filtro e o tal “sonho americano” surge como caricatura de si mesmo.

Décadas depois, o impacto dessa linguagem ainda reverbera. A cartunista Laerte Coutinho, considerada uma das principais vozes dos quadrinhos brasileiros, lembra do choque ao entrar em contato com a obra de Crumb, ainda nos anos 1970.

“Eu fiquei muito impressionada com o traço dele, com as referências ao mundo da ilustração comercial de épocas antigas, dos

desenhos animados”, diz Laerte. “O modo como ele misturava essas coisas todas e obtinha um resultado único me impressionou muito. Dava vontade de fazer igual.”

A inspiração na obra de Crumb é evidente na arte de Laerte. Seus quadrinhos frequentemente enveredam pela sátira política e a crônica do cotidiano. “A abordagem de temas proibidos, inconvenientes ou constrangedores, e o uso de grafismos e estéticas inesperadas foram as coisas que me encantaram na época”, diz a cartunista. Questionada se esse humor ainda tem lugar, ela diz acreditar que sim. “Apesar da maior vigilância e controle, as possibilidades de publicação de conteúdos aumentaram.”

Se a leitura de Laerte aponta para um ambiente mais complexo, o cenário retratado por Crumb parece ter se adensado. O mundo se aproxima, cada vez mais, do tipo de distorção que ele expõe há décadas, como se sua caricatura iconoclasta tivesse, enfim, alcançado a realidade. •

Ao recusar o culto da celebridade e a adesão acrítica às novas tecnologias, o cartunista preserva o posto de observador do seu tempo

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



Devemos abrir os olhos

► A consecutiva ausência da Itália em Copas do Mundo carrega um aviso claro para o Brasil: se houver soberba e má gestão, o abismo é logo ali

Ao que tudo indica, teremos a necessária chacoalhada no futebol brasileiro. Temos acompanhado com ânimo renovado as iniciativas da nova direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), sob a presidência de Samir Xaud.

Desde a sua eleição, o mandatário anunciou medidas que podem, enfim, mudar o patamar do nosso esporte.

Prova disso foi a recente reunião com os 40 clubes das séries A e B, focada na união em uma Liga única, cujo estatuto tem publicação prevista para este ano.

As notícias são promissoras, embora o nó górdio continue sendo a divisão de valores – especialmente porque os direitos de transmissão já possuem contratos amarrados até o biênio 2029/2030.

Estudos comprovam que o “produto” futebol brasileiro é subvalorizado em relação às grandes ligas europeias.

O que aumenta a esperança é ver que assuntos antes negligenciados entraram na pauta.

Dois desses assuntos são o absurdo do calendário, algo que combatemos com insistência neste espaço, e a busca por rendimento econômico sem critério, cuja solução passa obrigatoriamente pela aplicação do *fair-play* financeiro.

Outras questões urgentes dizem respeito ao descontrole das arbitragens, ao êxodo precoce de talentos e ao elevado número de estrangeiros atuando por aqui – atualmente, no Brasileirão, são permitidos, por partida, nove atletas estrangeiros.

Sobre este último ponto, deixo aqui a provocação: tem sentido a opção por um número ímpar se buscamos equilíbrio?

Somado a isso, temos a polêmica dos gramados sintéticos. A ausência de padronização fere a regra da isonomia.

Já começa a ser aventada a hipótese de serem exigidos, ao menos nas partidas das séries A e B, gramado natural e segurança dos torcedores – algo que, embora seja dever do Estado, precisa ser defendido pelos clubes em respeito ao seu maior patrimônio.

Não por coincidência, a semana trouxe declarações lúcidas de Pedrinho, presidente do Vasco, e de Leila Pereira, do Palmeiras.

Ambos reconhecem que os clubes devem atuar em conjunto. O vascaíno ponderou que, no momento, a CBF ainda deve organizar os campeonatos, lembrando que “somos adversários, não inimigos”.

A dirigente do Palmeiras, por sua vez, foi certa. “Precisamos uns dos outros; não jogo sozinha”, afirmou.

No entanto, no varejo do campo, o cenário ainda é de indisciplina. O bloqueio sistemático de árbitros por mais de dez jogadores – como vimos em clássicos como Flamengo vs. Santos e Vasco vs. Botafogo – é algo que não pode mais ser tolerado.

Quanto ao calendário, o Fluminense, a exemplo de outros, sofre as consequências: teve de ir a Curitiba sem sete titulares, devido ao acúmulo de 18 jogos em curto espaço de tempo.

Já o Corinthians, que tentava evitar a cultura de culpar apenas o técnico, sucumbiu à instabilidade atual. Após resultados negativos, o Timão foi interrompendo diferentes ciclos e agora busca um rumo à turbulência.

Uma nota curiosa em meio a este cenário é o sucesso do Mirassol. O percurso do time me parece emblemático.

Ao se classificar para competições continentais, o time acabou obrigando o aeroporto de São José do Rio Preto a se internacionalizar, para receber a equipe argentina do Lanús.

Na quarta-feira 8, o time do interior paulista entrou em campo para disputar o primeiro jogo de Copa Libertadores da sua história. Além disso, o clube agora se estrutura para o futebol feminino, uma exigência para quem deseja frequentar os grandes palcos.

No plano internacional, continua repercutindo a ausência da Itália na Copa de 2026. É assustador ver a *Azzurra* deixar de ser o Eldorado do futebol para amargar ausências consecutivas em Mundiais.

O declínio de potências como Inter, Milan e Juventus, somado à queda do Napoli, é um espelho de um perigoso processo.

Entre 1980 e 2000, os italianos conquistaram oito Champions League. Hoje sofrem com crises financeiras, escândalos de apostas e o excesso de estrangeiros que sufoca a base dos clubes.

O nível da dor italiana foi resumido pelo tenista Jannik Sinner: “Trocaria um dos meus títulos para ver a Itália na Copa”.

É um aviso claro para o Brasil: entre a soberba e a má gestão, o abismo é logo ali. Devemos abrir os olhos. •

redacao@cartacapital.com.br

Quando o cometa Halley passou

LIVROS No romance de Maria Brant, três crianças vivenciam o luto pela perda de um familiar e o fim da ditadura no Brasil

POR PAULA SPERB

O ônibus espacial Challenger explode após a decolagem, nos Estados Unidos; a usina de Chernobyl protagoniza o pior desastre nuclear da história, na Ucrânia soviética; o cometa Halley deixa o mundo atento ao céu por causa de sua passagem.

O ano é 1986, a Guerra Fria dita a política internacional e influencia também os debates no Brasil. O País respira mais livre após o fim da ditadura, mais exilados retornam do exterior e, em novembro, ocorrem as eleições gerais.

Este é o pano de fundo do romance *O Ano do Cometa*, o primeiro de Maria Brant. Com sua narração singular, o livro acrescenta um necessário frescor à literatura contemporânea brasileira.

A leitura precisa ser atenta para não deixar escaparem detalhes sutis de uma história vivida por uma criança, mas relembrada por uma adulta. Somados à estratégia narrativa ímpar, são esses detalhes que desnudam as narrativas dos adultos para as crianças.

A proporção histórica dos episódios de 1986 não sufoca, porém, os pequenos acontecimentos da vida familiar de três garotas de classe média em São Paulo: Íris, Rosa e Violeta. As três integram famílias politizadas à esquerda, o que,

naquele contexto, não era inofensivo.

Os dramas da perda de um ente querido e as dinâmicas familiares ocorrem simultaneamente às brincadeiras de criança de Íris e Violeta e a adolescência de Rosa, exatamente como é a vida.

O mundo não dá folga para que cada uma das garotas possa processar a morte do Tio Pedro, cada uma à sua maneira. A falta de respostas para perguntas que nem sequer foram feitas sobre conflitos latentes aproxima *O Ano do Cometa* do romance *A Vida Mentirosa dos Adultos*

(2019), da italiana Elena Ferrante.

O procedimento narrativo adotado por Maria Brant é um dos pontos altos da obra. Há dois tipos de narração ao longo do livro: uma em terceira pessoa, cujo ponto de vista é próximo sobretudo das primas Íris e Rosa; outra em primeira pessoa que, delicada, parece querer permanecer oculta, mas dá sinais muito sutis que indicam tratar-se de Violeta.

Por causa da idade, Íris e Violeta são mais próximas, compartilham brincadeiras onde são espiãs que produzem relatórios de atividades sobre pessoas vigiadas. “Íris adora os sábados na casa de Violeta, aqueles almoços que não terminam, os adultos na mesa até escurecer”, conta o narrador.

Íris é filha de Cecília. Sua mãe é irmã dos gêmeos Pedro e Carlos. Pedro é o tio que morreu; Carlos é o tio que estava exilado. Íris é prima de Rosa, que é filha de Carlos. Rosa precisa adaptar-se ao Brasil depois de ter vivido na França e nos Estados Unidos. Com seu irmão, aprendeu a contar a história sobre uma suposta vida diplomática do pai. “Rosa finalmente perdeu o sotaque e não gosta de dar motivo para lhe perguntarem de onde veio. A esta altura, ela já contou *A História Deles* tantas vezes que parece ter lembranças daquela outra vida que não existiu, e suas mãos ainda suam com medo de que perguntem algo que ela não saiba responder”, diz o narrador.

As circunstâncias da morte de Pedro, que entristece as três garotas, vão sendo desveladas de forma engenhosa pela autora. Enquanto os adultos sofrem recorrendo ao álcool, brigas e longos silêncios, as meninas possuem menos recursos para lidar com a perda.

O romance é dividido em partes como um calendário de 1986, de janeiro a dezembro daquele ano. É apenas no tempo futuro, com as três personagens





PABLO SABORIDO

adultas, que a morte de Pedro ganhará uma explicação concreta. É também nesse tempo futuro que Violeta revela ao leitor saber mais do que Íris e Rosa sobre os acontecimentos do passado. •

A ficção de estreia da autora brasileira remete a *A Vida Mentirosa dos Adultos*, da italiana Elena Ferrante

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA



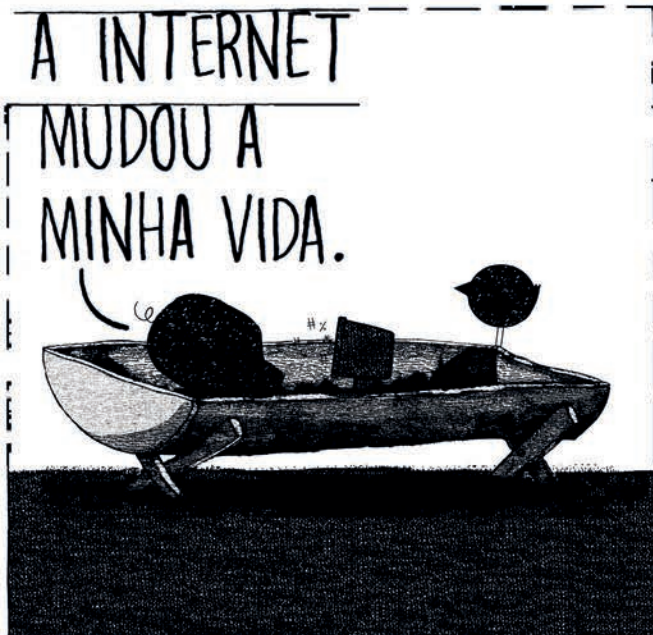
Trabalhadores do Brasil: Discursos à Nação (Contracorrente, 496 págs., 130 reais), organizado por Lira Neto, reúne uma seleção de mais de 50 discursos reveladores das crenças, nuances e contradições da conturbada jornada política de Getúlio Vargas.



Alba de Céspedes, italiana nascida no início do século XX, tem agora traduzido **Antes e Depois** (Bazar do Tempo, 136 págs., 74 reais), romance passado durante a Segunda Guerra Mundial e protagonizado por uma jornalista que lida com o custo de ser uma mulher independente.



Em **Entre Bispos e Reis** (Todavia, 496 págs., 139,90 reais), Uirá Machado mergulha na trajetória de Henrique Costa Mecking, o maior enxadrista que o Brasil já teve. Mequinho, como é conhecido, abandonou a carreira repentinamente, no auge, para dedicar-se à religião.



As vezes você tem a sensação de que o mundo da tecnologia é ameaçador?

A gente tem um toque para você.

Todo dia o mundo muda. São novas tecnologias, serviços, produtos e palavras que passam a sensação de que estamos ficando para trás. Saber as novidades, usos e oportunidades de transformar tudo isso em bem-estar é o caminho para não se sentir assim. **ToqueTec** é a nova plataforma que trata tecnologia do ponto de vista dos benefícios para você. Sempre de maneira clara e simples, contando o que existe e o que ainda está surgindo.

Acesse **ToqueTec.com.br**. Tudo sobre tecnologia para o dia a dia em um só lugar.





Baixe o
Meu SUS Digital
e acesse
a caderneta.



ines249



GOVERNO DO BRASIL
**DO LADO
DO POVO
BRASILEIRO**

**VACINAR
CONTRA A GRIPE**

**SEMPRE FOI
MUITO BRASIL**

**Quem tem
prioridade:**

Idosos
60 anos
ou mais



Crianças
de 6 meses
a menores
de 6 anos



Gestantes

Saiba quem mais pode se vacinar em gov.br/vacinacao

**28 DE MARÇO
A 30 DE MAIO**

**Procure uma Unidade
Básica de Saúde
e mantenha a caderneta
de vacinação atualizada.**

 **Ouv
sus 136**
Ouvidoria-Geral do SUS

SUS
35 ANOS

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO